

A black and white photograph of a rural landscape. In the foreground, there is a rustic fence made of wooden posts and wire. The middle ground shows a field of tall grass or weeds. In the background, a small settlement with several buildings is visible, surrounded by trees. The sky is clear and light. On the left side of the image, there is a dark, semi-transparent rectangular area containing text.

# REQUALIFICAÇÃO DO SOLO OCUPADO:

MEDIDAS URBANÍSTICAS ADOTADAS PARA  
INTERVENÇÃO DO JARDIM NOSSA SENHORA  
APARECIDA EM SANTO ANASTÁCIO - SP



TOLEDO PRUDENTE CENTRO UNIVERSITÁRIO  
ARQUITETURA E URBANISMO  
TRABALHO DE CURSO II

**REQUALIFICAÇÃO DO SOLO OCUPADO:**  
MEDIDAS URBANÍSTICAS ADOTADAS PARA INTERVENÇÃO  
DO JARDIM NOSSA SENHORA APARECIDA EM SANTO  
ANASTÁCIO - SP

Autora: Larissa Diana da Silva  
Orientador: Alfredo Zaia Nogueira Ramos





“Eu pensava ter dado um grande salto para a frente e percebo que na verdade apenas ensaiei os tímidos primeiros passos de uma longa marcha”

- Godard

## AGRADECIMENTOS

À minha mãe, por ser a minha maior motivação, por rir, chorar e caminhar junto comigo durante todos esses anos, não medindo esforços para ajudar a alcançar meu objetivo.

Ao meu pai, por todas as pequenas atitudes que me fizeram seguir em frente, principalmente por me buscar, mesmo cansado e tarde da noite, para garantir que eu chegasse segura em casa.

Ao meu namorado, por todo apoio incondicional, por toda palavra de afeto e por sempre me socorrer quando o assunto é tecnologia.

Aos sobreviventes, que passaram todos os melhores e os piores momentos da faculdade comigo e que serão, sem dúvidas, os mais talentosos colegas de profissão que terei.

À A.C.O, minha associação preferida no mundo, os donos da verdade absoluta.

Ao meu orientador, que mesmo pai de gêmeos, não poderia ter desempenhado função melhor.

E à todos que de uma forma ou outra fizeram parte dessa minha trajetória.

**Meu muito obrigada!**





## RESUMO

ESTE TRABALHO ATUA DE FORMA A PROPOR UMA INTERVENÇÃO URBANA NO BAIRRO JARDIM NOSSA SENHORA APARECIDA, PERTENCENTE AO MUNICÍPIO DE SANTO ANASTÁCIO, QUE ABRIGA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA ATRAVÉS DA CONCESSÃO DOS LOTES, MEDIANTE LEI MUNICIPAL Nº 1.697/1998, E QUE POSSUI CARÊNCIA QUANTO À QUALIDADE DA INFRAESTRUTURA LOCAL. SEU INTUITO É APRESENTAR UM PROJETO DE **REQUALIFICAÇÃO URBANA** QUE VISA A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DOS MORADORES DO BAIRRO. PARA TANTO, SE GUIARÁ ATRAVÉS DE PESQUISAS DOCUMENTAIS E BIBLIOGRÁFICAS, LEVANDO EM CONTA ACONTECIMENTOS HISTÓRICOS, O PERFIL SOCIOECONÔMICO DA POPULAÇÃO RESIDENTE E O EMPREGO DE DIFERENTES SOLUÇÕES URBANÍSTICAS, ASSIM COMO ANÁLISES DE DIVERSOS ASPECTOS RELACIONADOS À PROPOSTA DE INTERVENÇÃO E AO OBJETO DE ESTUDO ATRAVÉS DE VISITA TÉCNICA À PREEXISTÊNCIA, TENDO COMO RESULTADOS REGISTROS FOTOGRÁFICOS E MAIOR COMPREENSÃO DO ESPAÇO E DE SEU USO POR MEIO DA METODOLOGIA DESENVOLVIDA POR GUY DEBORD, DENOMINADA TEORIA DA DERIVA, QUE SUGERE A EXPERIMENTAÇÃO DA CIDADE ATRAVÉS DO ATO DE CAMINHAR, RECONHECENDO SITUAÇÕES QUE FOGEM AO ESTABELECIDO EM SOCIEDADE. EM CONJUNTO A ISSO, SE UTILIZARÁ DE MÉTODO CARTOGRÁFICO PARA EVIDENCIAR OS RESULTADOS DA EXPLORAÇÃO NO **AMBIENTE URBANO**. COM ISSO, O QUE SE ESPERA É QUE POR MEIO DAS ANÁLISES SEJA ELABORADO UM PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO QUE ATENDA ÀS NECESSIDADES DO PÚBLICO EM QUESTÃO, PARA QUE POSSAM EXERCER O **DIREITO À CIDADE** DE FORMA PLENA.



# sumário

---

## 1. INTRODUÇÃO

## 2. DO SERTÃO DO PARANAPANEMA À TERRA BOA DE VIVER

## 3. A TEORIA DA DERIVA COMO FERRAMENTA METODOLÓGICA

## 4. UM OLHAR SOBRE O JARDIM NOSSA SENHORA APARECIDA

análise urbanística

a deriva

entrevista

## 5. REFERÊNCIAS PROJETUAIS

córrego do antonico - são paulo

bacia do bacanga - são luís

a8erna - holanda

## 6. AQUILO QUE SE PROPÕE

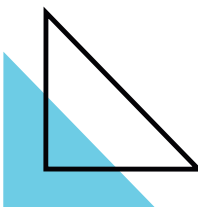


# introdução

Fig. 1: Shinjuku - Japão  
Fonte: Unplash.com

Quando o contexto urbano passa a ser objeto de estudo, muitos aspectos precisam ser analisados para que se entenda todo o processo de desenvolvimento local. Dentre eles, a expansão urbana torna-se passível de estudo e análise quando da elaboração de quaisquer produtos relacionados ao meio urbano, os quais podem variar de acordo com os interesses e objetivos investidos sobre tal. Ao longo da história podemos observar diversos processos sociais que fizeram parte do desenvolvimento humano, formas pelas quais os indivíduos desenvolveram diferentes relações entre si. É neste aspecto que o urbanismo se faz presente na vida das pessoas, pois é principalmente no espaço urbano que ocorre a manutenção dessas relações. Assim, cabe a este a função de atuar como meio de qualidade para as diversas interações que ocorrem na sociedade.

O Urbanismo, como área do conhecimento e com seu caráter reflexivo, traz consigo diversos conceitos e aspectos que o conduziram durante toda a transformação do núcleo urbano e a sua relação com a sociedade. A primeira vez em que termos como urbanismo e urbanização foram usados como forma de expressar planejamento, ocorreu durante o século XIX, por Ildefonso Cerdá, em Teoria Geral da Urbanização (LIMA, 2002) e apesar de facilmente confundidos, os significados destes termos são distintos. Enquanto que o urbanismo se associa às ações de planejamento, como campo de estudo para análise do impacto causado pelas intervenções no ambiente, a urbanização se refere ao processo de crescimento da população da cidade em relação à população do campo, ou seja, quando o aumento de pessoas na área urbana ultrapassa o aumento de pessoas na área rural, estando diretamente ligado ao processo de expansão territorial.



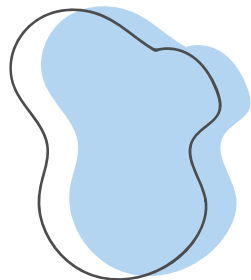


A Revolução Industrial surge como palco para a urbanização moderna, atraindo os indivíduos do campo para a cidade no momento em que começavam a perder seus postos de trabalho, devido o avanço da tecnologia na agricultura e com a promessa de melhores oportunidades de emprego geradas pela industrialização. A transformação proveniente do processo de industrialização ocorreu de forma mais acelerada nos países subdesenvolvidos e ainda encontra-se em desenvolvimento. O que aconteceu nestes países foi um fluxo migratório intenso para cidades que não ofereciam uma boa infraestrutura, nem ofertas de trabalho suficientes para comportar todos os novos habitantes. Já em países desenvolvidos, o processo de urbanização aconteceu de forma mais gradativa e o crescimento da cidade vinha acompanhado de trabalho e a presença de serviços básicos.

Em 1950, dois terços da população mundial habitavam a zona rural, sendo 746 milhões de habitantes na zona urbana. Em 2007 houve uma inversão do cenário e, atualmente, mais da metade da população vive em zonas urbanas. Para 2045 há uma previsão de que a população urbana seja composta por mais de 6 bilhões de pessoas (OLIVEIRA, 2015), como mostra a figura 2.



Fig. 2: Crescimento da População Urbana entre 1950 e 2050  
Fonte: URBE.LAB



A linha de evolução das cidades no Brasil teve seu início ainda no período da colonização, onde pequenas vilas surgiam de acordo com a atividade econômica desenvolvida na área. As primeiras aglomerações se concentravam na faixa litorânea do país no período em que a principal atividade econômica era a produção do açúcar. Foi o descobrimento do ouro e o avanço da pecuária que iniciaram uma ocupação em direção ao interior do território brasileiro.

Com o declínio do ouro, segundo Maricato (2004), o processo de industrialização no Brasil ocorreu de modo integrado à expansão da cultura do café, obtendo impulso a partir de 1830 com a instalação de indústrias na região Centro-Sul, onde se concentrava a produção cafeeira. Esta dominou por mais de um século a sociedade brasileira, definindo a direção do desenvolvimento urbano e regional. Ainda segundo Maricato (2004), além da cultura do café, outros aspectos movimentavam a economia brasileira de modo que acabaria estimulando o desenvolvimento do país, o que resultou na instauração de ferrovias, portos, usinas elétricas e outros serviços de infraestrutura. Todos estes fenômenos traziam para as cidades maior índice de crescimento, tornando-as polos de comércio e serviços e abrigo uma sociedade que se tornaria cada vez mais diversificada.

De acordo com Santos (2013), entre 1925 e 1940 é marcante a expansão da urbanização em São Paulo com um crescimento de 43% da população, sendo que a partir dos anos 1950 se notou uma verdadeira tendência à aglomeração da população e da urbanização. As faixas urbanas com mais de 20 mil habitantes começavam a perceber sua real participação no conjunto da população brasileira, sendo que sua representação no território era pouco mais de 15% em 1940 e em 1980 saltou para 75,48%. Segundo dados do IBGE, no ano de 2000, a população brasileira totalizava 169,8 milhões de habitantes, aproximadamente 4 vezes mais que em 1940. Dados mais recentes da Pesquisa Nacional por

Fig. 3: São Paulo – Brasil, 1940  
Fonte: Pinterest



Amostra de Domicílios (PNAD), apontam que em 2015 a população urbana brasileira representava 84,72%, enquanto que 15,28% dos brasileiros ainda viviam em áreas rurais.

A urbanização desenfreada trouxe para as cidades muitos problemas oriundos da falta de planejamento urbano e as suas consequências desencadearam uma sucessão de reformas urbanas com o objetivo de adaptar as cidades à sua nova realidade. O que podemos chamar de consequências são os problemas que a metropolização trouxe consigo, onde o rápido avanço das pessoas para cidades desprovidas de recursos que atendessem números tão elevados de habitantes, levou ao surgimento de problemas sociais e ambientais, este último estando em situação de apropriação indiscriminada. Logo, o que se vê são situações de baixa empregabilidade, vulnerabilidade social e um sentimento de não pertencimento ao ambiente urbano, proveniente da ocupação de lugares periféricos que, muitas vezes, caracterizam-se como áreas de risco. Deixar de direcionar propostas de urbanização e políticas públicas para estas áreas contribui gradualmente para a baixa na qualidade ambiental das cidades (BORDE, 2003).

O conceito de segregação socioespacial está relacionado à maneira como a sociedade se mantém organizada, sendo a representação de aspectos socioeconômicos, políticos e culturais dentro do espaço urbano. O que se observa é o pouco interesse para que esta realidade seja alterada, pois como cita Bauman (1999), este cenário de confinamento espacial tem o intuito de manter separados determinados grupos, funcionando como um mecanismo que impede a visibilidade de indivíduos que não se enquadram ao padrão social que prevalece na sociedade. Da mesma forma ressalta Lefebvre (1969, p. 90), "Social e politicamente, as estratégias de classe (inconscientes ou conscientes) visam à segregação".

Apesar deste conceito ser representado em maior escala nas grandes cidades, os municípios também possuem sua parcela de responsabilidade quanto à manutenção desta condição.

**A municipalidade, graças à legislação tem muitos poderes sobre o espaço urbano, poderes que advém, ao que parece, de uma longa tradição, reforçada pelo fato de que numa economia cada vez mais monopolista, os setores fundiário e imobiliário, menos concentrados, constituem-se em férteis campos de atuação para as elites locais. (CORRÊA, 2002, p. 26).**

Verifica-se ainda que mesmo com ações do Estado de estabelecer conjuntos habitacionais para a população desprovida — Maricato (2004) destaca essa questão por seu lado paternalista e simbólico — sua condição de assentamento não superou a segregação, pois como destaca Ferreira (2006), as áreas de interesse social encontram-se estigmatizadas no imaginário urbano, classificando-as, ainda, como favelas. Exemplo disto, é o bairro vizinho ao Jardim Nossa Senhora Aparecida, denominado Vila Nova, porém mais conhecido como 'Favelinha do Mané', por se tratar de local cedido em determinada gestão política e por possuir características urbanas precárias.

Prosseguindo na história do urbanismo, vale mencionar a ocorrência das reformas urbanas que aconteceram pelo mundo todo, sucedendo a urbanização, com o propósito de reorganizar as cidades para atender o surgimento de diferentes solicitações da sociedade. Dentre elas, cabe destacar as mais conhecidas como a reforma de Haussmann em Paris (1851-1870), embasada em diferentes categorias, como a reestruturação da malha viária, instalação de infraestrutura e construção de parques públicos; o Plano Cerdà (1860), que aconteceu em Barcelona, como solução para problemas como insalubridade; e a reforma de Pereira Passos no Rio de Janeiro (1903), que visava deixar para trás a imagem de atraso que o Brasil possuía.

Dali em diante, novas terminologias surgiram para definir diferentes intervenções no meio urbano, na finalidade de melhorar a qualidade de vida da população. Sendo assim, é possível apontar ao menos quatro destes termos que estão relacionados ao ambiente urbano: renovação, ligada à substituição, reconstrução e alteração do uso; revitalização, como proposta de recuperação do espaço; reabilitação, com o objetivo de restauração, porém sem mudar a função; e a requalificação, que em suma atribui nova função ao mesmo tempo em que melhora os aspectos (TANSCHKEIT, 2017).

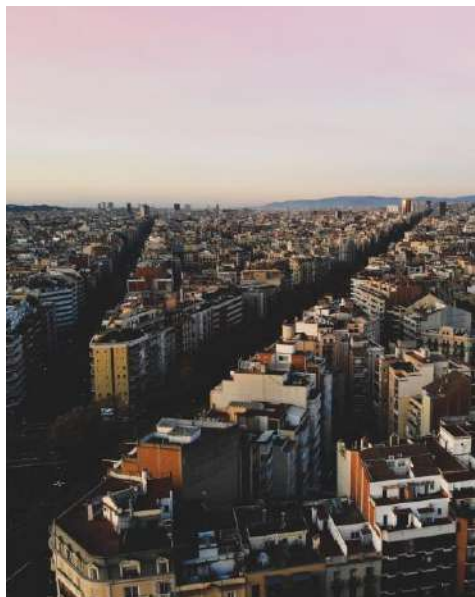


Fig. 4: Barcelona - Espanha  
Fonte: Unplash.com

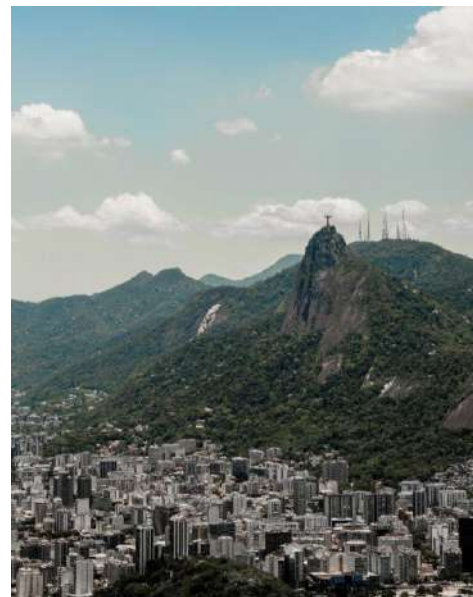


Fig. 5: Rio de Janeiro - Brasil  
Fonte: Unplash.com



Nesses últimos anos, tem havido um fenômeno mundial de revalorização das áreas urbanas, levando em conta principalmente, o uso da água, desenvolvimento sustentável, ocupação de áreas vazias, requalificação de espaços, otimização da mobilidade urbana destacando as potencialidades paisagísticas, logísticas e imobiliárias. (GROSSO, 2008, p. 22).

Trazendo o olhar para área de interesse, cabe mencionar a triste estagnação que Santo Anastácio tem passado nos últimos anos. A vinda da população rural para o núcleo urbano trouxe para o município a necessidade de novas moradias, porém com pouco planejamento, atender a demanda de direitos básicos da população torna o processo mais complexo. Deste modo, observamos ao longo do tempo, a ocupação do espaço urbano de forma irregular, causando, posteriormente, uma variedade de problemas que necessita de obras públicas de impacto ao ambiente.

Estabelecido através da Lei Municipal nº 1.697/1998, que trata da concessão de terreno pertencente à municipalidade para pessoas em situação de vulnerabilidade social, o Jardim Nossa Senhora Aparecida emergiu da junção da necessidade de moradia com o pouco planejamento para a sua inserção e hoje sofre com a falta de infraestrutura de qualidade. Uma vez cedidos os lotes, a responsabilidade de construção passou a ser dos beneficiários e levando em consideração que tratam-se de pessoas de baixa renda, o resultado não poderia ser diferente de moradias de qualidade muito inferior ao que pode ser visto em outros bairros do município. Apesar disto, fala-se de um local com boa localização quando relacionado à distância entre bairro e região central, estando entre 0,3 km e 1,4 km dos principais equipamentos comunitários, tais como o Ginásio Municipal, escolas públicas de Ensino Fundamental e Médio, unidade de saúde, entre outros, mas que, urbanisticamente falando, necessita de melhor infraestrutura. No que tange ao espaço comum, responsabilidade da gestão pública, destaca-se o pouco investimento no que seria fundamental ao cotidiano das pessoas: a exploração do local e o sentimento de pertencer ao meio onde está inserido.

Levando em consideração todos os aspectos apresentados, a questão é: como elaborar um projeto de requalificação urbana

em local já ocupado de modo a preencher as lacunas existentes na relação usuário x espaço público, proporcionando maior qualidade de vida? Assim, apresenta-se a proposta de intervenção urbanística ao preexistente, após análise do histórico político urbano do município, a fim de proporcionar um novo cenário nesta localidade com a devida inserção de equipamentos urbanos e a chance de dar ao usuário a possibilidade de enxergar o seu direito além da moradia, levando à discussão as consequências de destinar áreas de baixo valor imobiliário para solucionar problemas habitacionais e o quão desvantajosa é a utilização de recursos para reparação dos danos causados pela falta de planejamento.

Para que se possa formular opiniões sobre o tema proposto, este trabalho terá amplo embasamento teórico no decorrer de sua formulação. Serão utilizadas diversas referências bibliográficas acerca dos temas apresentados, capazes de dar subsídios para a compreensão da evolução política econômica e a expansão territorial do município de Santo Anastácio. Através do apoio dos setores competentes do município, uma análise local poderá ser feita, de modo a caracterizar a região em relação ao município, procurando entender as relações de espaço e como este local é percebido pelos demais moradores da cidade, além da elaboração de diagnóstico social e econômico que auxilie no desenvolvimento do projeto de requalificação urbana. Se utilizará, também, a metodologia elaborada pelo filósofo Guy Debord conhecida como Teoria da Deriva que sugere a compreensão do espaço através do ato de caminhar, identificando seu funcionamento pelo modo como é utilizado por seus usuários.

Portanto, o objetivo geral é produzir um projeto de intervenção urbanística – requalificação urbana, através da análise dos diversos aspectos que compõem o objeto de estudo, além da apresentação de um resultado que possa oferecer aos moradores do bairro, assim como para a comunidade

em geral, um espaço público de qualidade, a fim de proporcionar uma melhor interação entre o usuário e a área urbana ao qual está inserido.

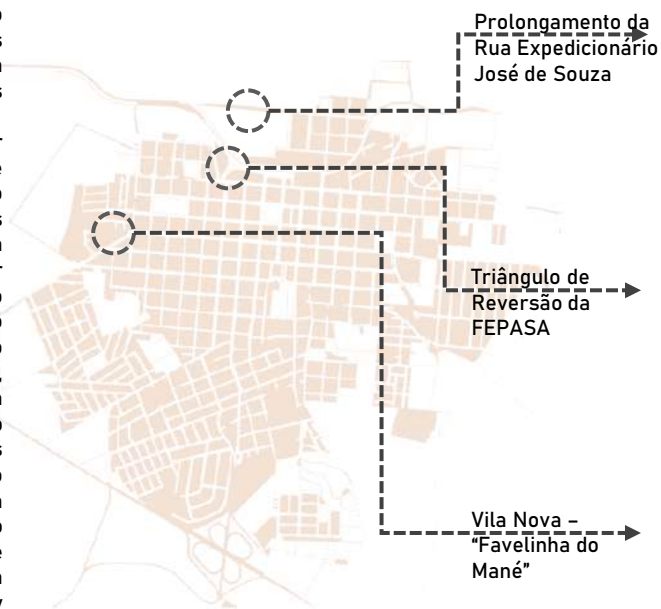


Fig. 6: Ocupações irregulares em Santo Anastácio  
Fonte: Base digitalizada Prefeitura Municipal de Santo Anastácio e Acervo Pessoal, editado pela autora

# do sertão do paranapanema à terra boa de viver

“Oh, Santo Anastácio,  
Terra boa de viver”

Trecho do Hino de Santo Anastácio

Sertão do Paranapanema, Alta Sorocabana e Oeste Paulista são denominações correspondentes ao território que compreende o município de Santo Anastácio e região em diferentes períodos da história. Até meados do século XIX, Sorocaba era a vila mais a oeste da Província de São Paulo, dali até o Rio Paraná, o que existia era um grande território, ainda não desbravado e habitado por índios (ver figura 7), conhecido por Sertão do Paranapanema, pois se tratava de uma área que estava à margem do Rio Paranapanema.

Até o início deste século, a ocupação e colonização do estado de São Paulo ainda não tinha sido concretizada, pois toda a zona oeste do estado ainda estava despovoada e era comum encontrar nos mapas daquela época a descrição de “Terrenos Desconhecidos Habitados por Índios”. (ÁVILA JR, 1995, p. 15).



Fig. 7: Mappa Chorographico da Província de S. Paulo, 1841  
Fonte: Hum Historiador

Segundo Ávila Jr. (1995), como forma de proteger a fronteira de uma possível invasão de espanhóis durante conflitos, os portugueses determinaram a construção de um Forte no sul do Mato Grosso do Sul, mas que naquela época pertencia à Capitania de São Paulo. Assim, em março de 1769 partiu de São Paulo uma expedição com 800 pessoas, entre elas soldados e crianças, em direção ao Forte, utilizando o Rio Tietê como caminho até o Rio Paraná. Em determinado momento da expedição, pernотaram em local próximo ao atual Porto XV, onde devido às dificuldades que vinham encontrando na viagem, determinou-se que houvesse uma exploração a fim de encontrar um novo rio que servisse de caminho alternativo e mais fácil para se chegar até Sorocaba. Nessa busca acabaram por encontrar um outro rio, que em homenagem ao santo do dia, recebeu o nome de Santo Anastácio. Foi a primeira vez que civilizados estiveram próximos ao que, futuramente, seriam as terras da atual Santo Anastácio e da Alta Sorocabana.

Ainda segundo Ávila Jr. (1995), a princípio a ocupação da região oeste do estado partiu do surgimento da povoação de Botucatu, em 1768, com a ideia de retomar a navegação do Rio Paranapanema, pois desta forma, além de povoar a região, seria possível obter outra via de acesso entre os Estados de São Paulo e Mato Grosso. Porém, no lugar de uma real povoação, o que se encontrava eram alguns posseiros isolados e sesmeiros, que possuíam terras através de “cartas de sesmarias” e apoiados em leis vigentes à época. Foi só por volta de 1830, com a queda da mineração em Minas Gerais, que ocorreu um movimento migratório da população em direção àquela região em busca de terras para a criação de gado.

Concomitantemente a isso, colonizadores eram motivados ao encontro de novas terras para a expansão cafeeira, fato que ganhou mais força a partir de 1860 quando inicia-se uma política governamental de exploração e ocupação de terras pertencentes às regiões de Bauru e Botucatu.

Enquanto a agricultura cafeeira acelerava a ocupação do oeste paulista, internacionalmente acontecia a sua depreciação, assim, a produção havia aumentado em grandes proporções e já não encontrava demanda correspondente. O café movimentou a economia do país por mais de um século, tendo grande protagonismo no estado de São Paulo. Sua desvalorização abriu espaço para outras duas importantes culturas na região que se formaria a Alta Sorocabana: algodão, a partir da metade da década de 1930, e amendoim, na década de 1950. Já a criação de gado esteve sempre presente na região, segundo Spósito (1983) em 1940, mais de 40% das terras eram de pastagens.

É inegável que o processo de ocupação do oeste paulista se deu sob regime capitalista. O fracionamento do espaço territorial ocorreu de forma desigual e baseado em relações de mercado, por vezes injustas, e de interesses dos mais fortes em detrimento dos mais fracos (ROSA; FELÍCIO, 2014). A expansão das linhas férreas representavam grandes oportunidades de negócios (ANDRADE, 2006). Além de um local para se estabelecer, a região passou a ser também território de especulação, muitos grileiros legitimavam a posse de maneira irregular somente para que pudessem especular as terras, sem interesse em tê-las como moradia. Juntamente com os especuladores, políticos; negociantes internacionais do café que agiam como fornecedores de insumo aos cafeicultores; madeireiros e investidores nas linhas férreas, efetivaram as políticas de exploração e ocupação da área (ANDRADE, 2006).

Para os fazendeiros próximos à São Paulo e ao Vale do Paraíba, o transporte da produção ocorria sem grandes dificuldades, mas para os que começavam a tomar distância do litoral, era imprescindível a construção das estradas de ferro, pois permitiam acesso facilitado aos portos. Segundo Maricato (2004) a expansão do café no oeste paulista pegou o rumo das ferrovias, passando por Jaú, Ribeirão Preto, Franca,

São José do Rio Preto e Bauru. Assim se deu a formação da região conhecida como Alta Sorocabana, que diz respeito às povoações que margeavam a Estrada de Ferro Sorocabana que possuía papel desbravador nas áreas de mata virgem, precedendo as cidades que se formavam a partir da especulação das terras e loteamento de grandes glebas.



No ano de 1916, os trilhos avançam até Bartira, passando por Cerrinho, Paraguaçu Paulista, Sapezal, Quatá, João Ramalho e Rancharia. Em 1917 foi inaugurado o trecho de Bartira a Indiana passando por Laranja Doce e Martinópolis. Em janeiro de 1919, foram inaugurados as estações de Memória (hoje Regente Feijó) e Presidente Prudente. [...] com o nome de Estrada de Ferro Sorocabana e em novembro deste ano é inaugurada a estação de Guarucaia (hoje Presidente Bernardes), passando por Brejão (hoje Álvares Machado). [...] a estação de “Vai Vem” que foi inaugurada para o tráfego em 25 de julho de 1920, passou a denominar SANTO ANASTÁCIO, em virtude do Rio Santo Anastácio banhar aquela região e também pela existência da antiga Gleba de terra conhecida como “Fazenda Santo Anastácio” ou “Gleba Pirapó-Santo Anastácio”. (ÁVILA JR, 1995, p. 30-31)

A estrada de ferro seguiu adiante e em 1921 alcançou Piqueroi, Caiuá e Presidente Venceslau. Segundo Rosa; Felício (2014 apud LEITE, 1981), a construção da linha férrea até Presidente Epitácio, última cidade do estado antes de chegar ao Mato Grosso Sul, levou 33 anos, pois desde 1889 as obras estavam paralisadas em Botucatu, sendo concluídas somente em 1922.

Ávila Jr. (1995) conta que o início de ocupação do município de Santo Anastácio partiu de determinados acontecimentos que precederam sua povoação, como a construção da “estrada boiadeira” que tinha como principal objetivo levar o gado das fazendas do Mato Grosso até São Paulo, fato que antecedeu o transporte por vias ferroviárias. Ao longo deste caminho locais

de pouso eram construídos para atender os viajantes e animais que faziam longa caminhada até seu destino. Em 1907 foi estabelecido o pouso do Ribeirão Claro que estava a 20 km de onde, atualmente, está localizada a Estação Ferroviária da cidade. Em seguida, com a chegada da ferrovia estabeleceu-se a estação VAI VEM que depois tornou-se Estação Santo Anastácio.

de pouso eram construídos para atender os viajantes e animais que faziam longa caminhada até seu destino. Em 1907 foi estabelecido o pouso do Ribeirão Claro que estava a 20 km de onde, atualmente, está localizada a Estação Ferroviária da cidade. Em seguida, com a chegada da ferrovia estabeleceu-se a estação VAI VEM que depois tornou-se Estação Santo Anastácio.

Ao passo que surgiam novos loteamentos e a região se expandia, os proprietários da porção de terra que pertenceria ao município de Santo Anastácio, também buscavam formas de povoar o local.

Entre 1917 e 1919 ocorreram estudos que resultaram no traçado original da futura Vila Santo Anastácio. Ali vieram famílias de todas as partes, sobretudo as de origem espanhola que vinham de outros povoados do estado. Em 1918 o pequeno povoado já possuía algumas residências e prédios comerciais, sendo que em 1919 juntamente com a Vila Goulart (Presidente Prudente) eram as únicas cidades existentes ao longo da Sorocabana no trecho entre Assis e o Rio Paraná. Em meio a conflitos políticos que pairavam sobre a região e, principalmente, entre as duas vilas, Presidente Prudente recebeu o título de município antes que Santo Anastácio (1921), o que ocorreu somente em 19 de novembro de 1925. Seus limites eram os Rios Paraná e Paranapanema, englobando áreas que pertencem aos atuais municípios de Piqueroi, Presidente Venceslau, Caiuá, Presidente Epitácio, Distrito de Costa Machado, Mirante do Paranapanema e Ribeirão dos Índios, porém com o passar dos anos foi perdendo território devido aos decretos que tornavam estes povoados pequenos municípios. Atualmente, Santo Anastácio possui pouco mais de 550.000 m<sup>2</sup> (IBGE, 2019), possuindo limites com Piqueroi, Presidente Bernardes, Ribeirão dos Índios e Marabá Paulista, conforme figura 9.



Fig. 8: Linhas ferroviárias, 1950  
Fonte: Estações Ferroviárias do Brasil



Fig. 9: Território de Santo Anastácio  
Fonte: OpenStreetMap, editado pela autora

O município se tornou morada de famílias que chegavam de diversos lugares, incluindo outros países, e o antigo sertão foi dando espaço às adaptações que surgiam conforme as necessidades. As medidas de urbanização começaram a ser executadas em meados de 1930 com o alinhamento e sarjeteamento das ruas, tendo elas recebido calçamento com paralelepípedo em 1948 e posteriormente sendo asfaltadas. Ainda é possível encontrar alguns trechos que possuem paralelepípedos que, embora não agradem a todos, conservam parte da memória histórica do município. Comparado às cidades vizinhas, percebe-se que houve uma verdadeira preocupação com o desenvolvimento urbanístico de Santo Anastácio, era importante que regras de urbanização fossem seguidas para que gerações futuras não sofressem com erros passados. Além disso, preocupou-se em criar espaços de lazer, como as praças, e planos de arborização. Os serviços básicos foram chegando em sequência, sendo energia elétrica em 1931; abastecimento de água em 1936 e esgoto na década de 1950. Através da figura 10 observa-se que o traçado inicial da cidade possuía a formato quadriculado, assim como diversas cidades da região.



Fig. 10: Mapa de Santo Anastácio, 1941  
Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo

A economia anastaciana foi movimentada por diferentes agentes ao longo de sua história. Assim como as demais cidades do estado de São Paulo, se beneficiou da cultura cafeeira até o seu declínio. Posteriormente, de acordo com Santos (1998), iniciou-se no município o cultivo de algodão em 1918 pelos japoneses residentes do Bairro Saltinho. A nova cultura foi implantada pelo Ministério da Agricultura no país em 1915 já como medida combativa à baixa do café. Em 1930 aumentavam cada vez mais as plantações de algodão o que levou a instalação de usinas de beneficiamento em Santo Anastácio, como a Esteves & Irmãos, Anderson Clayton Company LTDA, SANBRA S/A, J.B Duarte S/A, Usina Nossa Senhora da Penha e Volkart Irmãos (ÁVILA JR., 1995). Essa alta da economia algodoeira proporcionou um grande desenvolvimento, pois fazia com que redes de comércio e serviço (armazéns, postos de combustível, açougue, hotéis, pensões, etc) surgissem para atender a crescente movimentação da cidade, além de ser o carro-chefe da economia até a chegada da década de 1950, período em que o algodão tomou o mesmo rumo do café e declinou. Novamente houve a necessidade de buscar uma outra opção de plantio, iniciando assim o cultivo de amendoim, mas este não obteve o mesmo êxito que as culturas anteriores. Desse modo, como nova solução, as terras que produziram café, algodão e amendoim deram espaço para uma nova empreitada, a pecuária, que fez com que mais da metade da mata preservada do município se tornasse área de pastagem, além disso, começaram a se instalar os primeiros frigoríficos na região. A partir desse período é perceptível o fato de que se iniciava um movimento migratório rural-urbano na região devido a diminuição das áreas de lavoura e crescimento da oferta de mão de obra na cidade (SPÓSITO, 1983). Mais recentemente, entre 1970 até meados dos anos 2000, vale citar que as plantações de cana de açúcar também movimentaram a economia da cidade.



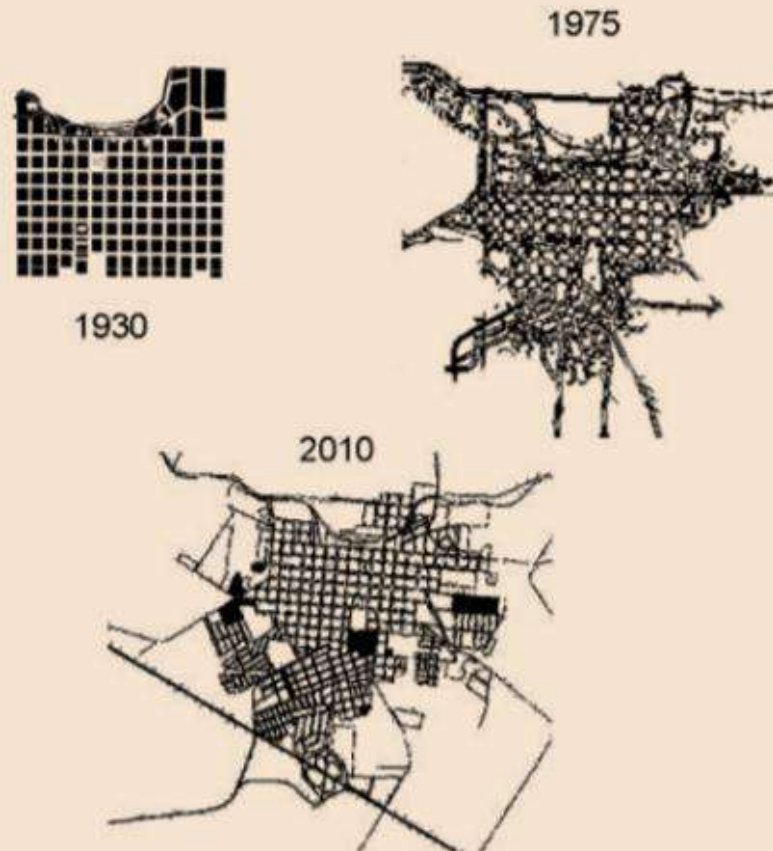


Fig. 11: Desenvolvimento da malha urbana de Santo Anastácio  
Fonte: ResearchGate

Em 2020, Santo Anastácio completa 95 anos de emancipação e o período que foi sinônimo de grande desenvolvimento encontra-se somente em registros e na memória de quem pôde vivenciá-lo. Nenhuma das grandes indústrias que fizeram história na cidade permanece aberta. A população está empregada nos poucos empreendimentos comerciais e nas empresas do setor pecuarista, mas grande parte precisa se deslocar até cidades vizinhas, principalmente Presidente Prudente, para trabalhar, fazendo de Santo Anastácio apenas uma cidade dormitório. Há anos a economia anastaciana encontra-se estagnada, apesar disto, o município possui serviços que atendem os moradores de maneira satisfatória. São três creches; quatro escolas municipais e duas escolas estaduais, além das escolas particulares; duas faculdades com cursos semi-presenciais e 100% online, sendo uma do Estado e outra particular; escola pública de informática; diversos cursos profissionalizantes oferecidos pelo município; eventos de cultura e lazer; entidades de assistência social; um pronto-socorro e cinco Unidades Básicas de Saúde (UBS); Delegacia de Ensino; Delegacias Civil e Militar; cartórios; subseção da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); agências bancárias; entre outros prestadores de serviços.

É notável o crescimento da malha urbana da cidade (ver figura 11), isso se deve ao surgimento dos novos loteamentos, de interesse social ou particular, que ocuparam território no decorrer do tempo, porém Santo Anastácio tornou-se cidade pacata, ideal para uma vida tranquila. Apesar disso, enfrenta realidade muito parecida com a das grandes cidades onde interesses conflitantes estão sempre presentes na luta por espaço, mas que terá sempre preservadas suas diversas singularidades.

# a teoria da deriva como ferramenta metodológica

---

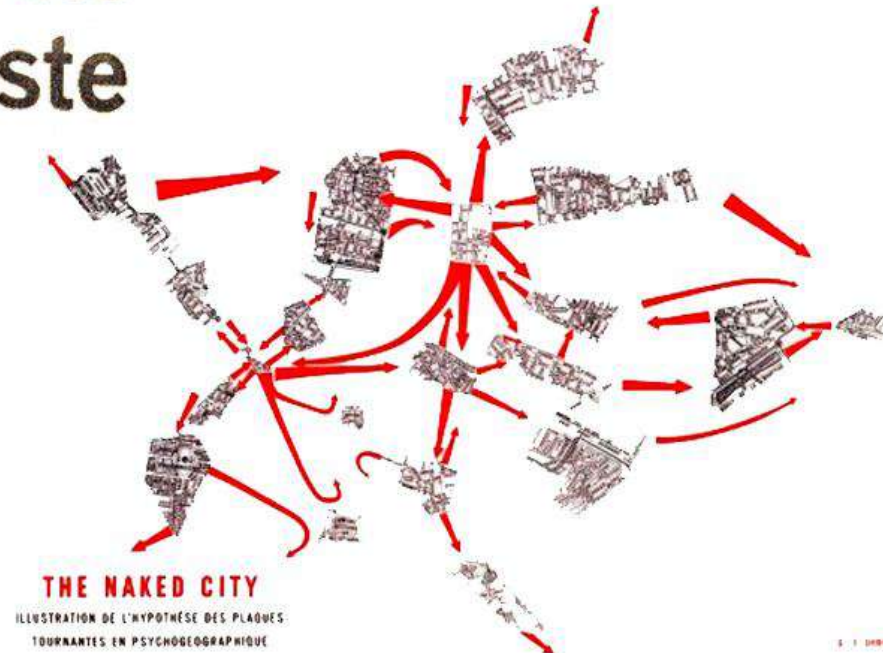
Este trabalho utiliza-se de diferentes metodologias para sua realização. Além das metodologias já citadas, cabe levar mais a fundo a Teoria da Deriva, de Guy Debord, que foi essencial para o alcance de uma ampla compreensão do objeto de estudo, o bairro Nossa Senhora Aparecida em Santo Anastácio.

Guy Debord, importante escritor e filósofo francês, introduziu o conceito da Deriva no grupo de intelectuais críticos, a qual foi fundador, conhecido por Situacionistas. Seu pensamento urbano foi baseado no conceito de situação construída, ou seja, na ideia de que as pessoas podem construir suas situações de vida no cotidiano, explorando seu potencial para que se rompa com a alienação e obtenha prazer próprio.

Na busca de formas que caminhassem na direção contrária ao rumo que a sociedade tomava e na relação que tinha com as coisas à sua volta, a Teoria da Deriva surge como método psicogeográfico que estuda os efeitos do ambiente urbano no emocional de seus usuários. À época, Debord propôs uma análise sobre o centro de Paris, que se tratava de caminhar sem que se esperasse encontrar algo específico, somente descobrindo caminhos e o que mais surgisse. Logo após registrou o caminho percorrido em cartogramas e recortou as partes que chamavam a atenção e as relacionou. O resultado foi nomeado 'The Naked City' (ver figura 12), um mapa psicogeográfico que possui 18 recortes desordenados do tecido urbano de Paris, definidos pelo autor como "unidades ambientais" ou "atmosferas", que se relacionavam não por fronteiras administrativas, mas pela afetividade, paixão e intuição de seus moradores (LEONIDIO, 2015).

Fig. 12: Guy Debord – The Naked City  
Fonte: Vitruvius, editado pela autora

## internationale situationniste



A partir de 1970 surgem outros escritores alinhados aos pensamentos de Debord, como Gilles Deleuze, Félix Guattari e Michel Foucault que contribuem com o propósito de encontrar maneiras de conhecer a cidade de forma não racional. Assim, fundamentados em posicionamentos anticapitalistas, apresentam táticas e ações de resistência que vão contra o *modus operandi* da cidade, buscando compreendê-la pelo olhar dos usuários. Mais recentemente, em 2002, surge a obra Walkscapes: o Caminhar como Prática Estética, de Francesco Careri, autor também apoiado nos pensamentos situacionistas de promover o andar como sendo capaz de transformar de forma física e simbólica os espaços natural e antrópico, tratando-se de uma forma de intervenção urbana.

No que tange à Deriva, esta caracteriza-se como prática que vai de encontro ao sistema, pois quem deriva está sujeito ao encontro de situações imprevistas, ou seja, situações que não são esperadas no sistema capitalista. Essas imprevisibilidades são denominadas pelos autores como táticas de resistência, produzidas pelos usuários do território, onde através de adaptações, criam espaços e situações dentro do contexto de sua realidade. Exemplo disso são os diversos cenários que se pode encontrar nas cidades, como a utilização de espaços vazios para diversas finalidades e a criação de caminhos além dos programados, os chamados caminhos desejáveis. São essas táticas que permitem que se descubra o espaço através do olhar de seus usuários.

Em publicação de 1996, da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Guattari discorre acerca dos cenários encontrados nas cidades e do comportamento de seus usuários, onde cita a construção de um destino seriado, um caminho que todos percorrem sem muitos questionamentos. Apresenta, então, uma defesa a restauração da paisagem urbana para que a humanidade possa estabelecer uma relação saudável com o ambiente, pois é à cidade que atribui a responsabilidade sobre o rumo da sociedade.

Tendo em vista os objetivos de elaborar um projeto de requalificação para o Jardim Nossa Senhora Aparecida, torna-se interessante empregar este método. Ao aplicar a Deriva, é possível conhecer as diferentes “atmosferas” do local com base nas relações de afeto encontradas durante tal experiência, podendo destacar os eixos principais de passagem, assim como o que o separa de outros locais da cidade para que com uma melhor compreensão do espaço, se possa potencializar seu uso através do projeto.

A Deriva pelo Jardim Nossa Senhora Aparecida ocorreu no dia 12 de abril de 2020, partindo na direção centro-bairro, de local próximo à Prefeitura Municipal e seguiu até o objeto de estudo (ver figura 13). Do uso comercial ao residencial, no percurso que durou pouco mais de uma hora, foi possível exercer um olhar mais atento ao que acontecia nos arredores, visto que foi possível encontrar as táticas de resistência e perceber a atuação das forças que estão diretamente ligadas aos sentimentos que o espaço desperta no indivíduo que faz a Deriva.

Assim, é objetivo principal a ressignificação do espaço levando em conta suas individualidades, assim como suas pluralidades, utilizando de meios que permitam a expansão de seu uso e o transformem em local de oportunidades. Estes serão identificados e apresentados junto à análise do bairro.

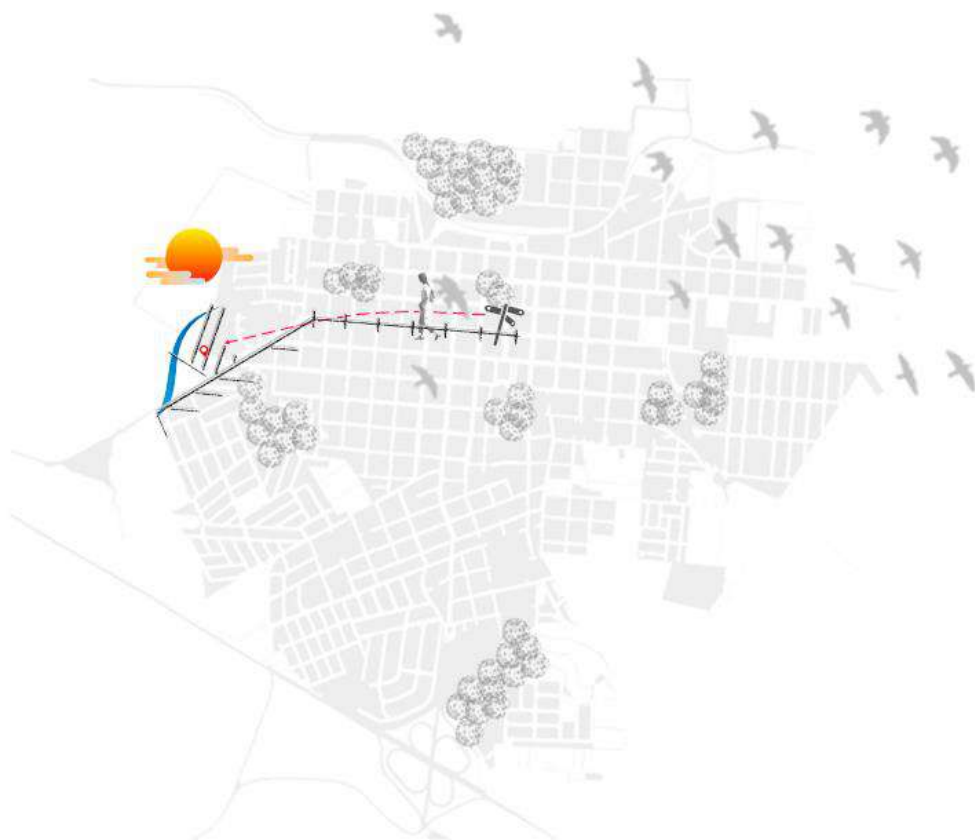


Fig. 13: Percurso da Deriva

Fonte: Base digitalizada Prefeitura Municipal de Santo Anastácio, editado pela autora

# um olhar sobre o jardim nossa senhora aparecida

## análise urbanística

Localizado na região oeste do município de Santo Anastácio (ver figura 14), o bairro Jardim Nossa Senhora Aparecida é caracterizado como Área de Interesse Social (AIS) conforme Lei Municipal Complementar nº 51/2007, possuindo 26.584,74 m<sup>2</sup> de extensão distribuídos em 4 quadras com 103 lotes no total. Está a aproximadamente 800 metros da região central da cidade e possui como vizinhos os bairros Jardim das Orquídeas, Jardim Pôr do Sol, Vila Ortega e Vila Esperança, além de fazer divisa com chácaras particulares e com Área de Preservação Permanente (APP) do Córrego 7 de Setembro e de nascente nas adjacências.

A área que, anteriormente, era um local em que funcionários da prefeitura utilizavam para algumas atividades lazer, como o jogo de bocha, foi cedida à população de baixa renda por meio da Lei Municipal nº 1.697/1998. Assim como alguns bairros vizinhos, o Jardim Nossa Senhora Aparecida surgiu de uma ocupação irregular, um tipo de informalidade que está presente em grande parte dos municípios brasileiros, composto por pessoas que não tiveram acesso à habitação e que não puderam exercer um direito fundamental.

Essas ocupações sucederam principalmente da vinda da população rural para a cidade. Segundo Santos (1998), em

1960 a população urbana de Santo Anastácio representava 53,93%; em 1996 esse número saltou para 89,45% e, atualmente, encontra-se em 91,21%, podendo ser visto na figura 15 o crescimento da malha urbana do município. Apesar de no início da urbanização as autoridades municipais adotarem medidas que visavam atender o desenvolvimento futuro, nesse estágio de crescimento a cidade não estava preparada para receber tamanho aumento populacional, de modo que sem a infraestrutura adequada não poderia alcançar outro resultado senão o desencadeamento de diversos problemas sociais.

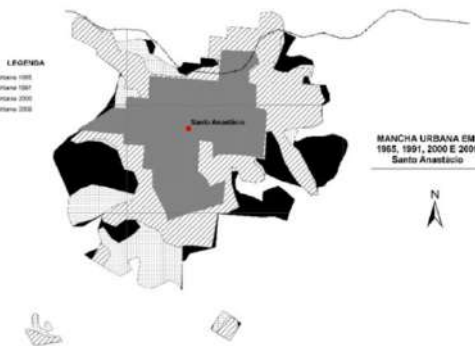


Fig. 15: Crescimento da malha urbana de Santo Anastácio  
Fonte: ResearchGate, editado pela autora

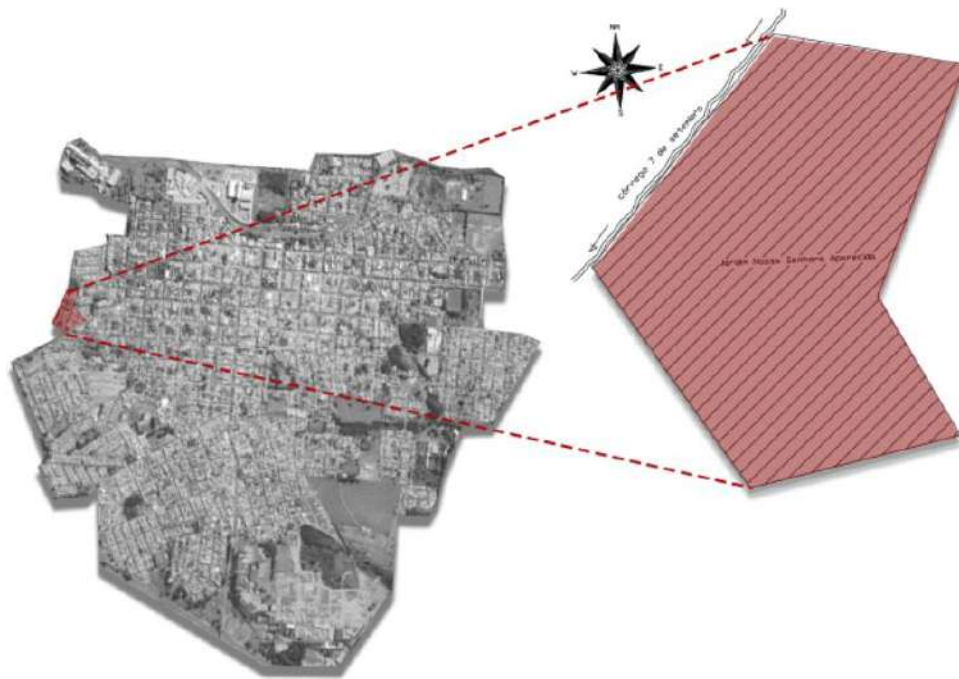


Fig. 14: Projeção do bairro Jardim Nossa Senhora Aparecida  
Fonte: Google Maps, editado pela autora

O fascínio ilusório provocado pelos grandes centros, com a expectativa de melhorar as condições de vida, levam muitas pessoas a buscarem na migração um meio de compensar as perdas ocorridas no passado, cujo resultado tem sido preocupante, uma vez que tem provocado um inchaço populacional na zona urbana, levando ao crescente surgimento de favelas, antes “privilégio” das grandes cidades. (SANTOS, 1998, p. 33)

Muitos fatores contribuíram para que ao longo da história diversas irregularidades surgissem dentro do contexto urbano. Em Santo Anastácio, no que tange à administração pública, era recorrente a tomada de decisões que refletissem dentro dos mandatos, ou seja, soluções paliativas para as dificuldades da população e não planos de ação a longo prazo ou prevenção à problemas futuros. Assim, a ocupação do Jardim Nossa Senhora Aparecida foi efetivada com aval do poder público municipal, mas sem considerar as regulamentações de uso e ocupação do solo, como medidas mínimas de área e testada, a proximidade com Área de Preservação Permanente (APP) e a instalação de infraestrutura mínima para sobrevivência (SANTOS, 1998).

Para quem não possuía moradia a cessão dos lotes foi um grande passo para a melhora da qualidade de vida, mas a construção das casas seria responsabilidade dos moradores, razão que leva o indivíduo de volta à dura realidade de suas condições. Então, após conseguirem o lote, os novos moradores do bairro foram construindo uma espécie de embrião, com pouco ou quase nenhum tipo de acabamento, apenas para que pudessem residir no local e, mais tarde, conforme suas condições, fossem adequando as construções às suas necessidades. Santos (1998) se refere a este processo como um sistema de autoconstrução, sendo a obra edificada pelos próprios moradores no tempo em que dispusessem para isso, principalmente aos finais de semana, momento que deveria ser destinado ao seu lazer.

Os antigos barracos deram lugar às casas de alvenaria que, em sua maioria, encontram-se em mau estado de conservação e abrigam em média 6 membros por família (ver figura 16). Esta característica das famílias está associada à alta taxa de desemprego que assola o país e que atinge, principalmente, as pequenas cidades brasileiras e seus bairros periféricos, tendo o Jardim Nossa Senhora Aparecida, por exemplo, um grande número de pessoas desempregadas, sobretudo jovens entre 20 e 30 anos que sequer possuem Ensino Médio completo.



Fig. 16: Fachada das residências  
Fonte: Base digitalizada Prefeitura Municipal de Santo Anastácio, editado pela autora

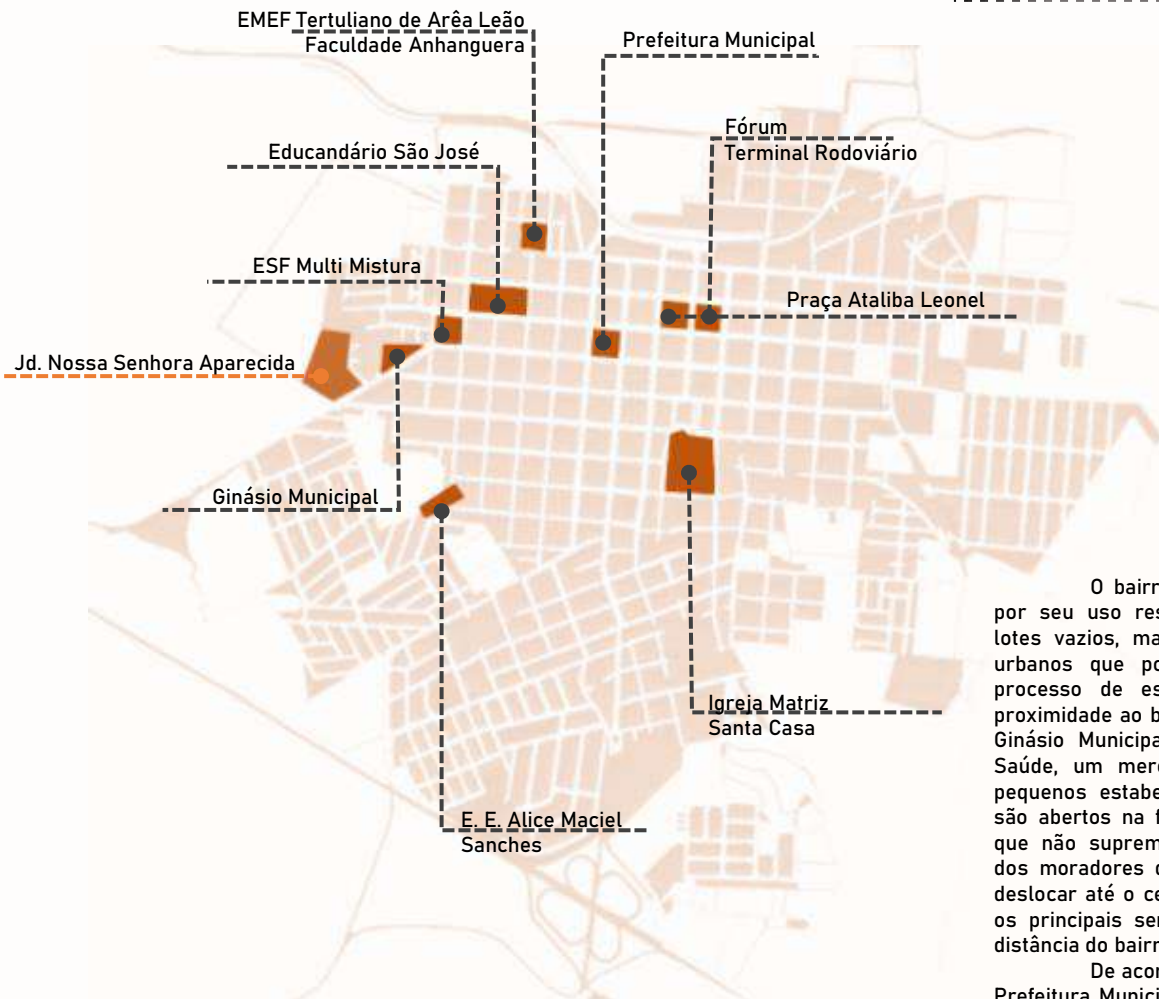


Fig. 17: Localização dos principais serviços públicos  
 Fonte: Base digitalizada Prefeitura Municipal de Santo Anastácio, editado pela autora

O bairro e a região são marcados por seu uso residencial possuindo poucos lotes vazios, mas circunvizinhos de vazios urbanos que podem ser relacionados ao processo de especulação imobiliária. Em proximidade ao bairro é possível encontrar o Ginásio Municipal, uma Unidade Básica de Saúde, um mercado, mercearias e outros pequenos estabelecimentos comerciais que são abertos na frente das residências, mas que não suprem totalmente a necessidade dos moradores de forma a obrigá-los a se deslocar até o centro da cidade. Além disso, os principais serviços ficam até 1,5 km de distância do bairro (ver figura 17).

De acordo com dados de setores da Prefeitura Municipal é possível observar que o bairro é constituído por moradores que vieram de áreas rurais, cidades de pequeno e grande porte como Bataguassu e São Paulo, respectivamente, e principalmente de bairros vizinhos que possuem características parecidas, como a Vila Esperança, mas também de bairros que estão localizados na área leste, como Jardim Ipiranga e Vila Moreno.

Assim, é formada uma região com alta densidade populacional, pois se tratando de local relativamente barato e com menores exigências de construção em relação a outros bairros, a taxa de ocupação evolui de forma mais acelerada, tendo o Jardim Nossa Senhora Aparecida, por exemplo, 100% de território ocupado e em uso, conforme figura 18.



Fig. 18: Mapa de Cheios e Vazios  
 Fonte: Base digitalizada Prefeitura Municipal de Santo Anastácio, editado pela autora

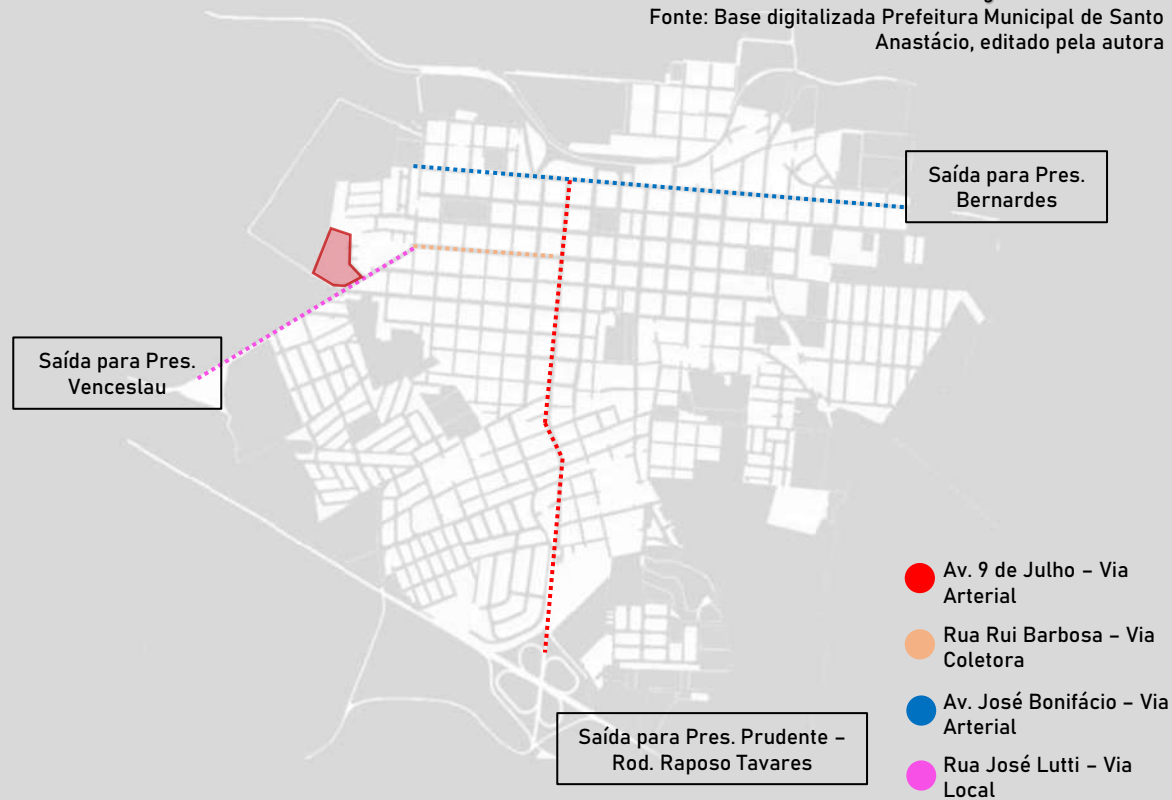
É possível observar que o bairro está localizado no fim da malha urbana do município, próximo à saída que dá acesso à Presidente Venceslau e fazendo divisa com chácaras particulares que, atualmente, são consideradas pertencentes à área urbana estando, inclusive, sujeitos à cobrança de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Os principais acessos se dão por vias arteriais, coletoras e locais, como as Avenidas 9 de Julho e José Bonifácio e as Ruas Rui Barbosa e José Lutti (ver figura 19).

Ainda relacionado aos acessos, é possível notar uma discrepância entre as ruas da região central e as ruas do bairro em análise, onde as primeiras possuem 14 metros de largura e as outras aproximadamente 5 metros (ver figura 20). Esta característica é comum aos bairros periféricos, deixando aos seus usuários espaços insuficientes para tráfego tanto de pessoas, quanto de automóveis.

Fig. 20: Diferença entre as ruas central e local  
Fonte: Acervo pessoal



Fig. 19: Acesso Viário  
Fonte: Base digitalizada Prefeitura Municipal de Santo Anastácio, editado pela autora



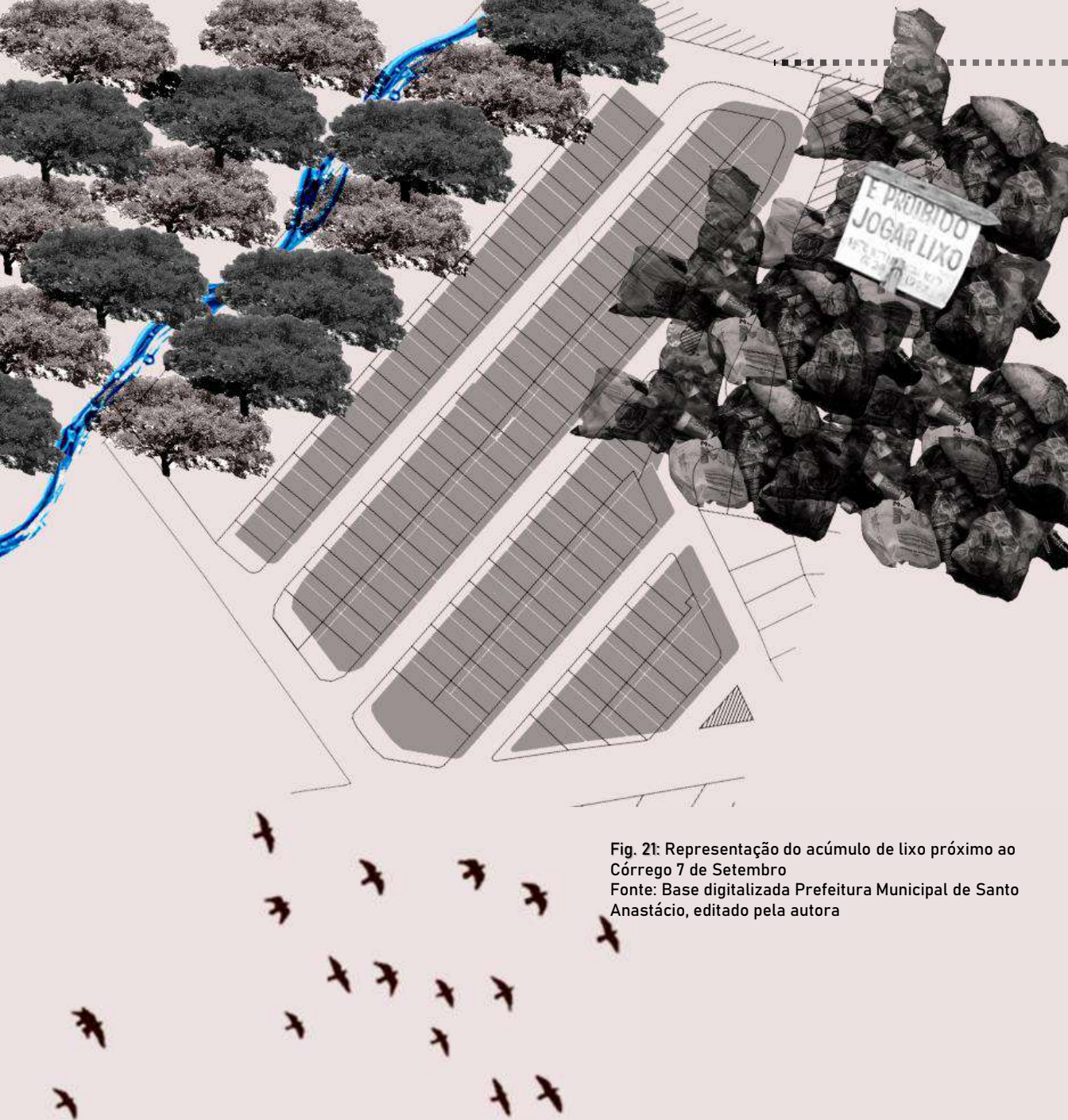


Fig. 21: Representação do acúmulo de lixo próximo ao Córrego 7 de Setembro  
Fonte: Base digitalizada Prefeitura Municipal de Santo Anastácio, editado pela autora

Implantar o bairro próximo à Área de Preservação Permanente (APP) tornou este um dos principais problemas no cotidiano dos moradores, pois em períodos de chuva intensa, algumas casas da Rua José Calbente, paralela ao córrego, podem ser atingidas pela água que transborda. Esta área encontra-se bastante degradada, tendo o assoreamento como uma das principais consequências da frequente ação irregular do homem. Tornou-se, assim, local de descarte de lixo doméstico e outros resíduos apesar do bairro já contar com serviços de limpeza pública, sendo a coleta comum realizada três vezes por semana e um serviço especial de recolhimento de entulhos e demais resíduos disponibilizado pela Prefeitura Municipal que funciona através do pedido dos moradores da cidade.

Além dos serviços de limpeza, o bairro conta, em sua totalidade, com serviços de água, esgoto, energia elétrica, iluminação pública, internet e telefonia, sendo os dois últimos acessíveis por meio de aparelho móvel, pois se tratando de população de baixa renda, onde os chefes de família recebem até 1 salário mínimo, fica insustentável pagar por serviços de internet e telefonia fixas e móveis ao mesmo tempo. Todavia, mesmo possuindo melhor infraestrutura e tendo se passado mais de 20 anos desde a cessão dos lotes, o Jardim Nossa Senhora Aparecida ainda não possui a regularização dos mesmos, ou seja, os proprietários ainda não têm em mãos a escritura de seus imóveis, apenas contratos particulares à respeito da concessão de uso. Ainda assim, em acordo feito junto a Prefeitura Municipal, aceitaram contribuir com o IPTU em troca da pavimentação asfáltica.



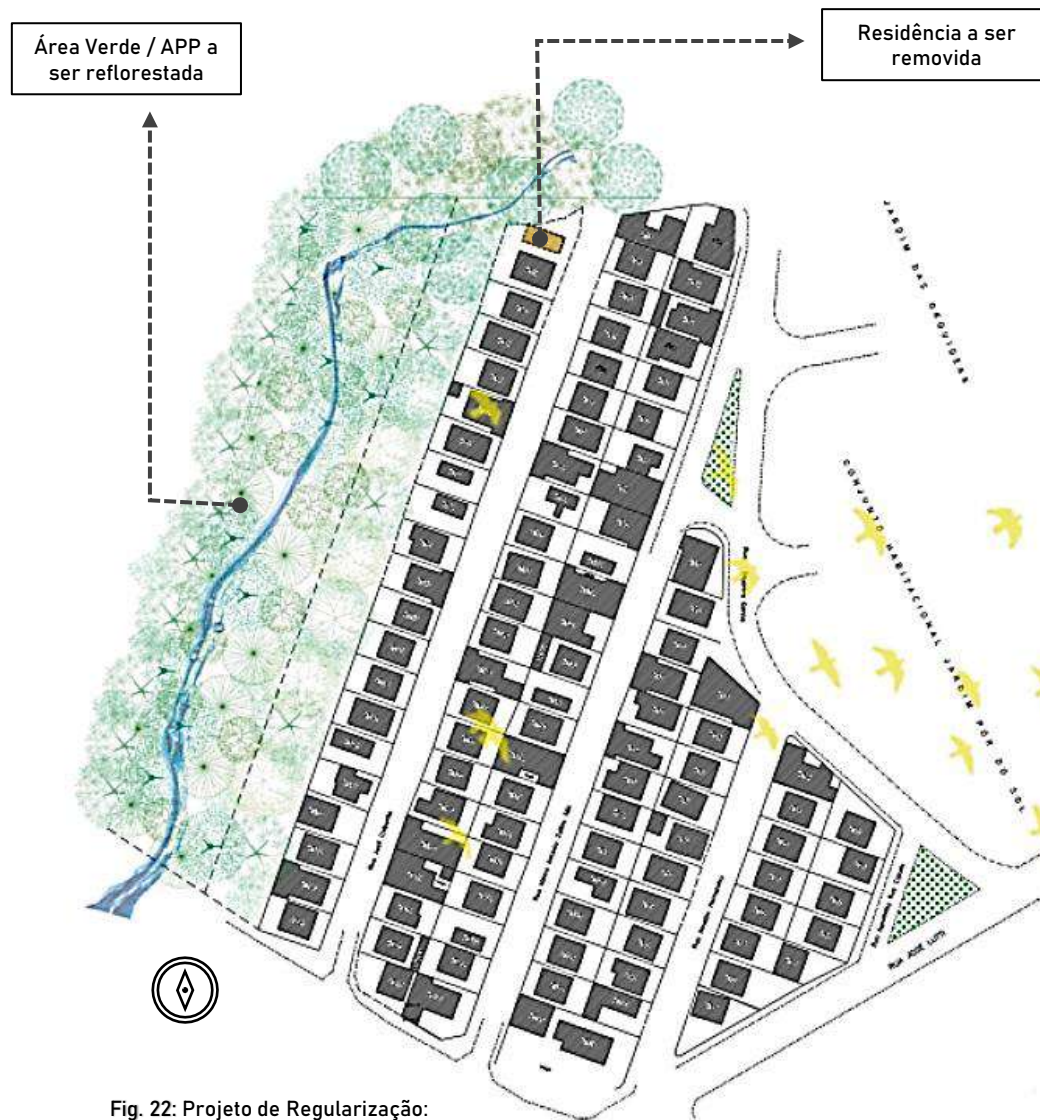


Fig. 22: Projeto de Regularização: reflorestamento e remoção de residência  
 Fonte: Base digitalizada Prefeitura Municipal de Santo Anastácio, editado pela autora

Em 2010 foi promovida pela Prefeitura Municipal a iniciativa de regularização fundiária do bairro através de um Plano de Regularização aprovado pela Secretaria da Habitação do Governo do Estado de São Paulo que disponibilizou ao município apoio, assessoria e consultoria técnica por meio de consórcio para a elaboração de Estudo Técnico Ambiental que aconteceu entre 2011 e 2012. Em resumo, o intuito das atividades era desenvolver uma caracterização da área identificando impactos ambientais e aspectos sócio-econômicos, entre outras informações, para elaboração de projeto de recuperação de áreas degradadas e reflorestamento, além de projetos de urbanismo para a promoção de benefícios aos residentes do bairro, assim como ao município, pois trata da recuperação de parte da área degradada da Área de Preservação Permanente existente no loteamento.

A proposta de regularização apresentada sugere desde a realização de uma ação social — para conscientização da população residente sobre os danos causados pelo despejo de lixo em áreas suscetíveis à erosão, corpos d'água e nascente, assim como preservação ao meio ambiente — até a remoção de uma residência (ver figuras 22 e 23) que encontra-se muito próxima ao córrego, onde há risco de deslizamento de terra tendo, inclusive, a Prefeitura Municipal já realizado serviço de aterro no local por conta desta circunstância. Além disso, há a intenção de reflorestamento da área tomada como medida compensatória aos impactos ambientais causados pela implantação do loteamento.

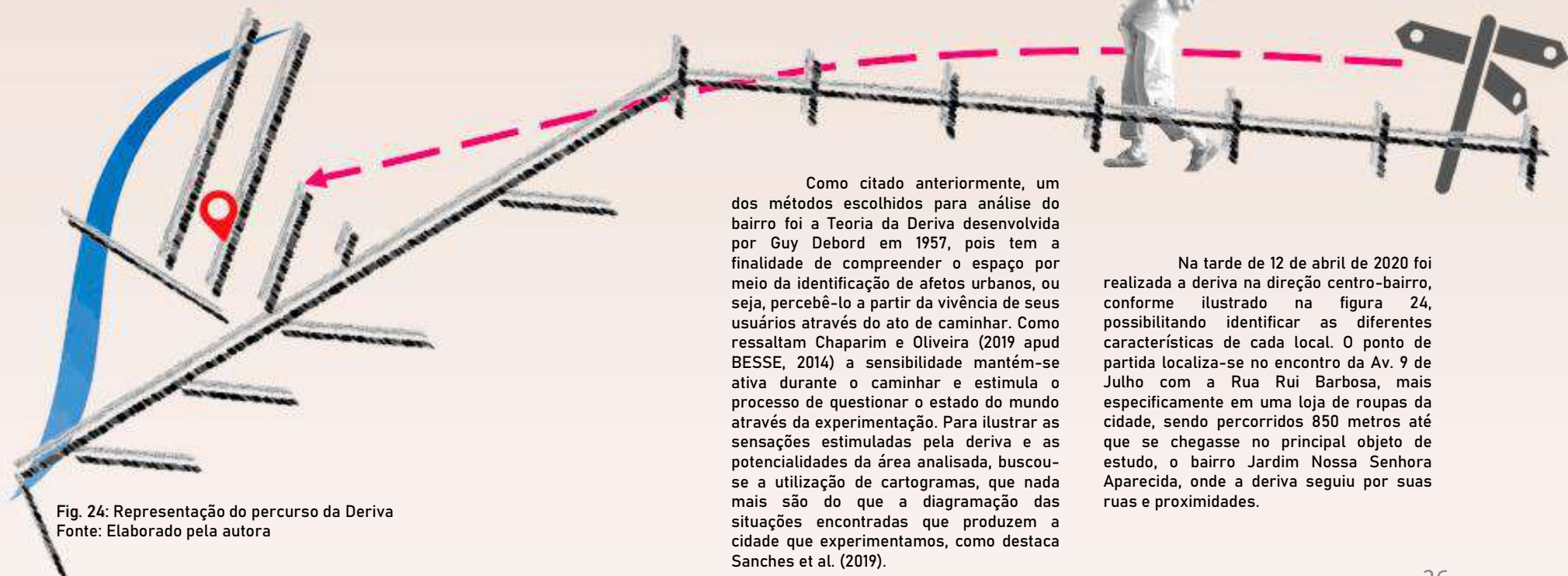
Apesar da iniciativa e da realização dos estudos técnicos, o projeto de regularização do núcleo Nossa Senhora Aparecida ainda não foi concretizado. Atualmente, o projeto encontra-se paralisado no Setor Jurídico da Prefeitura Municipal, cabendo ressaltar que é interesse do município que haja a regularização dos lotes, transferindo a propriedade para os ocupantes como forma de doação.



Fig. 23: Residência a ser removida 2012 / 2020  
 Fonte: Prefeitura Municipal de Santo Anastácio e Acervo Pessoal, editado pela autora

# um olhar sobre o jardim nossa senhora aparecida

a deriva



Como citado anteriormente, um dos métodos escolhidos para análise do bairro foi a Teoria da Deriva desenvolvida por Guy Debord em 1957, pois tem a finalidade de compreender o espaço por meio da identificação de afetos urbanos, ou seja, percebê-lo a partir da vivência de seus usuários através do ato de caminhar. Como ressaltam Chaparim e Oliveira (2019 apud BESSE, 2014) a sensibilidade mantém-se ativa durante o caminhar e estimula o processo de questionar o estado do mundo através da experimentação. Para ilustrar as sensações estimuladas pela deriva e as potencialidades da área analisada, buscou-se a utilização de cartogramas, que nada mais são do que a diagramação das situações encontradas que produzem a cidade que experimentamos, como destaca Sanches et al. (2019).

Na tarde de 12 de abril de 2020 foi realizada a deriva na direção centro-bairro, conforme ilustrado na figura 24, possibilitando identificar as diferentes características de cada local. O ponto de partida localiza-se no encontro da Av. 9 de Julho com a Rua Rui Barbosa, mais especificamente em uma loja de roupas da cidade, sendo percorridos 850 metros até que se chegasse no principal objeto de estudo, o bairro Jardim Nossa Senhora Aparecida, onde a deriva seguiu por suas ruas e proximidades.

Fig. 24: Representação do percurso da Deriva  
Fonte: Elaborado pela autora

A região do ponto de partida é marcada pelo uso comercial e pelo grande fluxo de pessoas e automóveis devido a sua localização em região central e na principal avenida da cidade, mas a partir da segunda quadra, na Rua Heraldo Maciel Sanches paralela à Av. 9 de Julho, o uso se torna completamente residencial, exceto quando se chega à Rua José Lutti onde encontra-se um mercado, principal estabelecimento da região, uma mercearia à Rua Engenheiro Maylaski, na Vila Ortega, e outros estabelecimentos informais nas proximidades.

Conforme seguia-se o percurso, foi possível observar que do ponto de partida até o encontro das Ruas Rui Barbosa e José Lutti o caminhar acontecia sem grandes emoções pois, praticamente, não havia a presença de pessoas ou outras movimentações, o que permitia a sensação de tranquilidade e, por ser mais central, maior segurança, aspecto que sofre

alterações no decorrer do caminho (ver figura 25). Devido os estigmas que envolvem regiões periféricas, ao estar mais próximo do bairro, a sensação de segurança foi diminuindo.

Neste trecho, cabe ressaltar que há grande presença de casas de alto padrão, o que dá ao ambiente uma característica extremamente oposta ao que se encontra no bairro de estudo. Dividindo espaço com essas residências estão pequenas casas que, através de seu estilo arquitetônico e estado de conservação, ilustram diferentes períodos da história da cidade e sua presença é mais evidente conforme a proximidade com os bairros de interesse social (ver figura 26). É interessante destacar que a demolição dessas pequenas casas tem se tornado cada vez mais frequente, dando espaço para a construção de residências contemporâneas e de alto padrão, pois a região se caracteriza por imóveis com alto valor imobiliário.

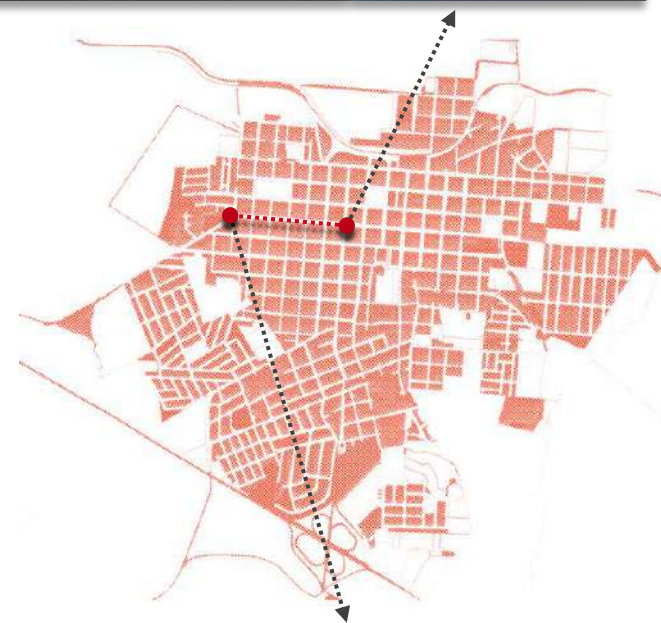
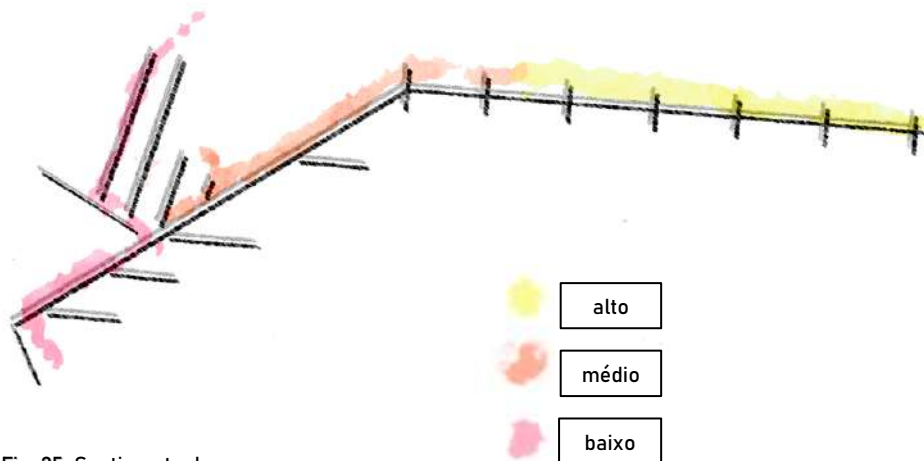


Fig. 26: Trecho entre Av. 9 de Julho e Rua Ver. João L. de Souza  
Fonte: Acervo Pessoal

Ao fim da Rua Rui Barbosa, no encontro com a Rua Vereador João Lima de Souza e onde se inicia a Rua José Lutti, avista-se o Ginásio Municipal e a Praça do Conjunto Habitacional Jardim Pôr do Sol. Trata-se de um trecho mais movimentado e com características urbanísticas mais deficientes, onde a pavimentação, as áreas institucionais e até mesmo as residências apresentam um estado de conservação inferior ao que se pôde ver no trecho passado, fatores que mostram onde o poder público atua de maneira mais efetiva (ver figuras 27 e 28).



Fig. 27: Presença do Estado pelo grau de conservação do espaço urbano  
Fonte: Elaborado pela autora

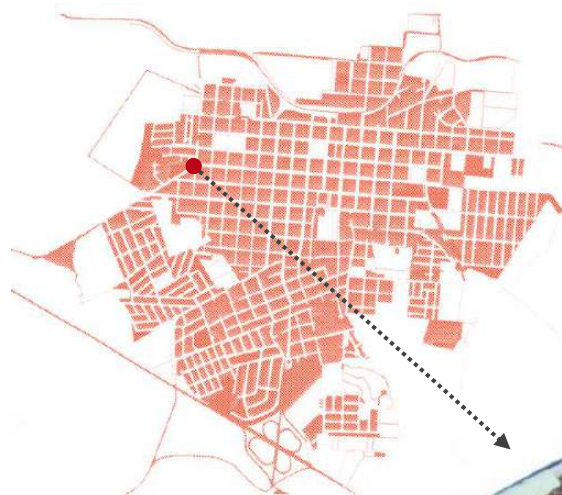


Fig. 28: Ginásio Municipal  
Fonte: Acervo Pessoal

Da parte inicial até a final percorre-se uma topografia em declive, o que acentua a posição inferior do bairro em relação ao centro, pois o mesmo está 30 metros abaixo do nível que se encontra o ponto de partida, assim como mostra a figura 30.

De forma subjetiva, esta condição foi relacionada às classes sociais, estando no topo a classe alta, predominantemente, e nos níveis inferiores, as classes média e baixa (ver figura 29).

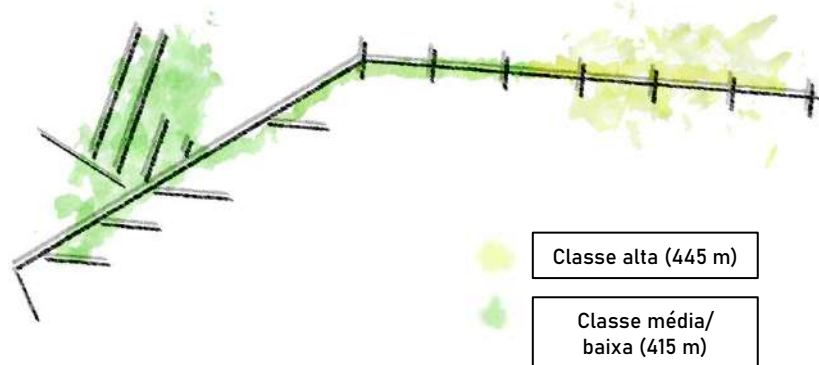


Fig. 29: Classes sociais relacionadas à topografia  
Fonte: Elaborado pela autora

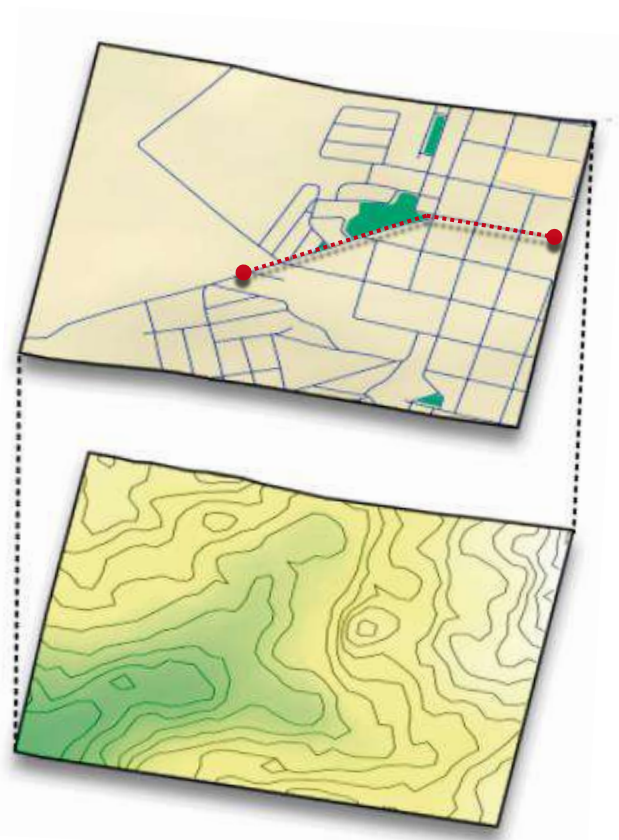


Fig. 30: Representação da topografia  
Fonte: CadMapper, editado pela autora



Fig. 31: Utilização do espaço público  
Fonte: Acervo Pessoal

Em contrapartida, é na região onde se localiza o bairro Nossa Senhora Aparecida que diferentes sensações são despertadas em relação ao espaço e ao modo como as coisas acontecem nele. Já na área imediata ao Ginásio Municipal (ver figura 31) depara-se com uma das primeiras táticas de resistência, um grupo de jovens fazendo uso do espaço público à sua maneira, já que o local não dispõe de mobiliário ou quaisquer tipos de instrumentos para a permanência de pessoas. Entre os contrafortes que envolvem o prédio, estão os grafittis que, em forma de arte, estampam a presença dos usuários no espaço urbano (ver figura 32).

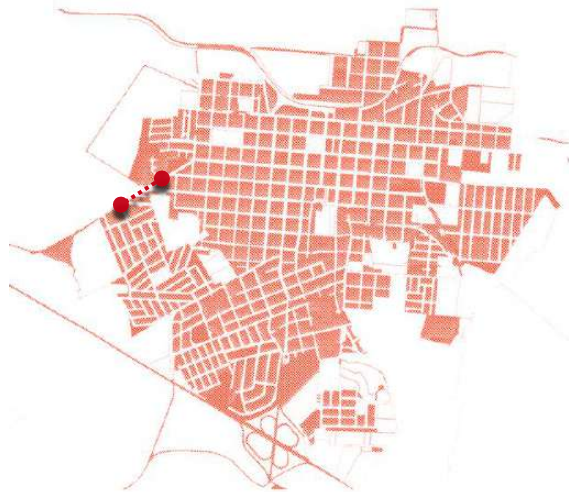


Fig. 32: Grafittis - Ginásio Municipal  
Fonte: Acervo Pessoal

Antes de prosseguir com a deriva dentro do bairro Jardim Nossa Senhora Aparecida, seguiu-se pela Rua José Lutti até encontrar a Rua Luiz Lourenço Torquato que dá acesso à porção sudoeste da cidade. Neste trecho é possível visualizar a passagem das águas do Córrego 7 de Setembro, que também se faz presente na área de estudo. Logo ao lado está um imóvel privado que encontra-se em descumprimento da função social da propriedade, devido à sua ociosidade. Este imóvel, assim como as demais propriedades em torno do bairro funcionam como limites para o mesmo, como demonstrado na figura 33.



Fig. 33: Limites criados pelas propriedades privadas existentes  
Fonte: Elaborado pela autora



Esta área possui o maior fluxo visto durante o percurso (ver figura 34) e foram constatados diferentes usos praticados pelos próprios moradores da região: um tipo de jardim no espaço que seria destinado a calçada, onde cultivam diversas espécies de plantas (ver figura 35); um local de permanência, onde as pessoas colocam suas cadeiras e passam o tempo conversando, o que também acontece em um ponto mais próximo ao Córrego (ver figura 36) e, além destas atividades, observou-se pessoas passeando com animais de estimação e crianças utilizando o imóvel como um espaço para atividades de lazer (ver figura 37).



Fig. 34: Área com maior fluxo  
Fonte: Elaborado pela autora

O que pode ser percebido é que, mesmo com a existência de parque público no Jardim Pôr do Sol, a aproximadamente 500 metros de distância, não há o interesse em deslocar-se até o local, que é mais apropriado para a realização destas atividades, o que sugere a criação de um novo espaço mais próximo e que desperte entusiasmo nestes moradores. Dessa forma, essas atividades, de acordo com a Teoria da Deriva, atuam como táticas de resistência, pois são dinâmicas não previstas pela sociedade. Além disso, por conta do clima afetuoso que se instala no local, este age como espaço de atração, deixando a vontade quem por ali passar.



Fig. 35: Utilização do espaço  
Fonte: Acervo Pessoal



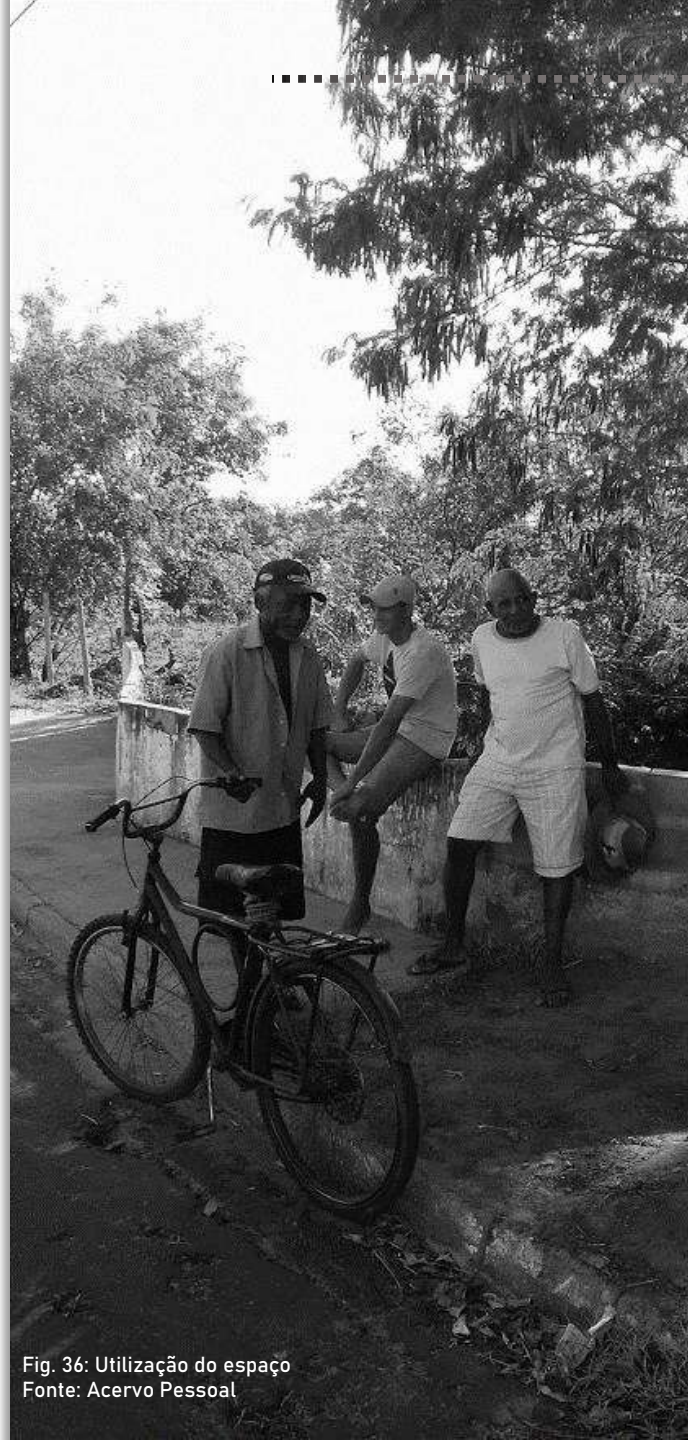


Fig. 36: Utilização do espaço  
Fonte: Acervo Pessoal



Fig. 37: Utilização do espaço  
Fonte: Acervo Pessoal

Em seguida, adentrou-se ao bairro Jardim Nossa Senhora Aparecida, momento em que houveram novas descobertas em relação à preexistência. A Rua Agostinho Ross Coiado foi a primeira a ser visitada, possui apenas cinco residências e fica defronte a Área Verde 3 (ver figura 38), que contém somente 85,31 m<sup>2</sup>, sem arborização satisfatória. Em paralelo encontra-se a Rua Amador Hernandes Hernandes, que possui maior extensão em relação à rua anterior e foi o primeiro local que se observou a presença de moradores, de forma inibida, pois todos estavam dentro de seus imóveis.



Fig. 38: Área Verde 3  
Fonte: Acervo Pessoal

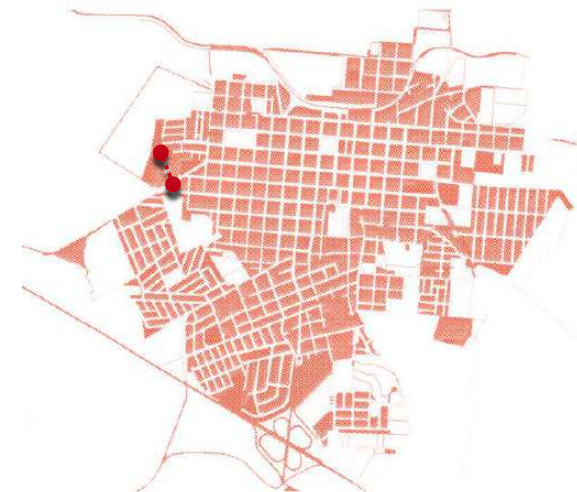
A Rua Dejanira Garcia atua como limite entre o bairro de estudo e o Jardim Pôr do Sol. Do seu encontro com a Rua Marcos Antônio Zulim Sás origina-se a Área Verde 2 que também possui 85,31 m<sup>2</sup> e apenas duas árvores da espécie Oiti plantadas (ver figura 39). Deste local é possível observar a Área Verde do bairro Jardim Pôr do Sol, com 1930,25 m<sup>2</sup>, mas que na verdade constitui-se de um pequeno campo aberto onde crianças e adolescentes utilizam para lazer, possuindo somente algumas árvores remanescentes da APP na parte mais próxima ao Jardim Nossa Senhora Aparecida, como mostra a figura 40.



Fig. 39: Área Verde 2  
Fonte: Acervo Pessoal



Fig. 40: Área Verde - Jd. Por do Sol  
Fonte: Acervo Pessoal



É característico dos bairros que as pessoas se reúnam nas calçadas para que haja comunicação entre si, para muitos esse é o máximo de lazer que se tem, e o mais interessante foi perceber que na Rua Marcos Antônio Zulim Sás os moradores desenvolveram seu próprio mobiliário urbano para a manutenção dessa prática (ver figura 41). Em relação a esse aspecto deve-se ressaltar que, além de ruas estreitas e mal conservadas, o bairro também possui calçadas que não condizem com o ideal estabelecido por normas urbanísticas, então é muito comum que as pessoas andem pelas ruas, principalmente porque ao ocupar a frente de sua casa com outros elementos, o morador retira o direito de passagem dos pedestres. Demonstração disso é o avanço dos portões sobre o passeio, que se deve ao fato de que as casas não foram construídas levando em consideração a possibilidade de aquisição de um veículo no futuro, o que fez com que os moradores as adaptassem da maneira que podiam.

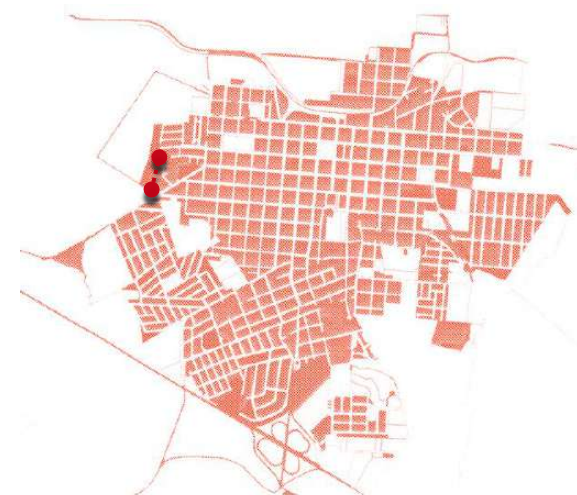


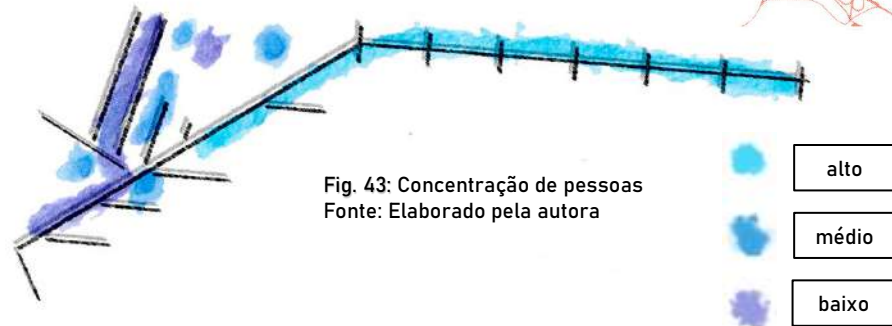
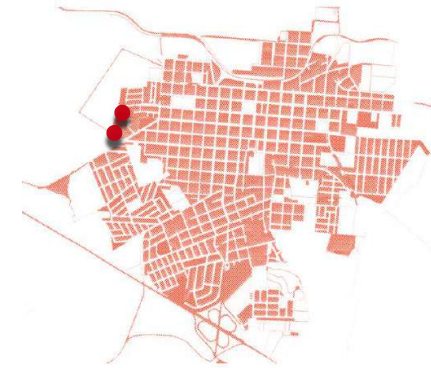
Fig. 41: Descobertas da Rua Marcos Antônio Zulim Sás  
Fonte: Acervo Pessoal



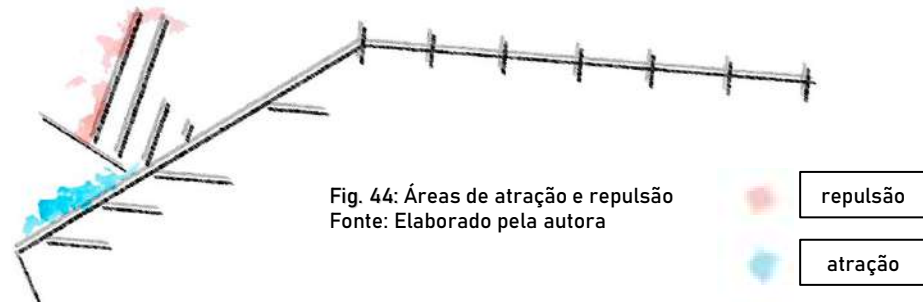


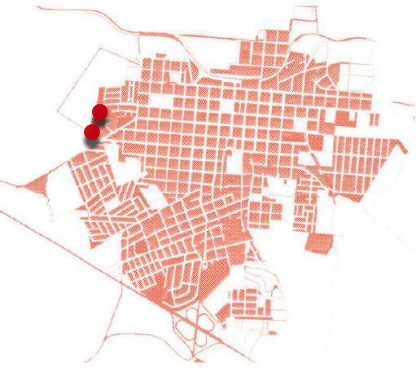
Fig. 42: Rua José Calbente  
Fonte: Acervo Pessoal

A última a ser explorada é a Rua José Calbente que (ver figura 42), diferente da primeira rua e do início do percurso, possuía maior concentração de pessoas (ver figura 43), onde havia gente conversando na calçada, lavando seus carros na rua, ouvindo música alta e, principalmente, crianças brincando na rua, justamente pelo fato do bairro não possuir área de lazer própria.



Neste local o primeiro sentimento foi de receio tanto da parte de quem fazia a deriva, quanto dos moradores, pois não havia um reconhecimento entre si, provocando um sentimento de repulsão. Este sentimento também é despertado quando mais próximo da área de descarte de lixo, no final da rua, estando em contraste com a área de atração gerada perto do imóvel privado (ver figura 44).





Esta rua encontra-se paralela ao Córrego 7 de Setembro, que atua como uma barreira para o bairro (ver figura 45), mas seguindo pela estrada Luiz Vignoli ou próximo a casa que deveria ser removida, é possível deparar-se com alguns sinais de uso da área que está entre as casas e o Córrego, como por exemplo, a existência de um caminho que leva até o local (ver figura 46), onde os moradores utilizam como horta e como espaço para criação de animais (ver figura 47). Essas situações mostram como o espaço que não tem uso específico em conjunto com a falta de conscientização, pode se tornar local para qualquer outra atividade, o que geralmente acarreta em práticas irregulares.

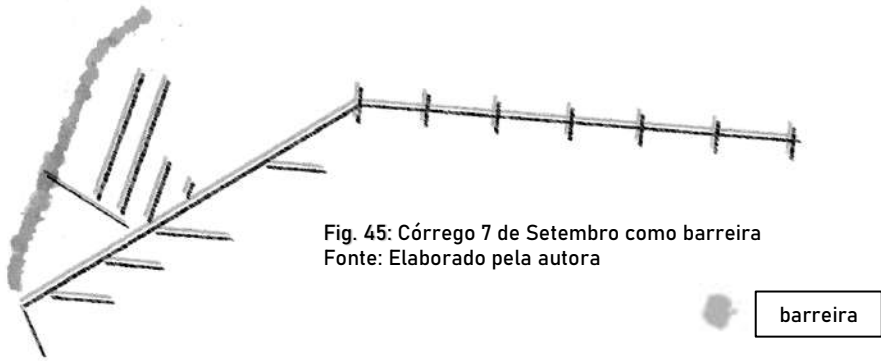


Fig. 46: Acesso informal pelo Córrego  
Fonte: Acervo Pessoal



Fig. 47: Área de horta / criação de animais  
Fonte: Acervo Pessoal

A deriva foi finalizada após a exploração deste local, totalizando pouco mais de uma hora de observação das singularidades do uso do espaço urbano. Ao final, o que se desenvolveu foi um cartograma único (ver figura 48) que reúne todos os aspectos mencionados anteriormente, como o modo em que o espaço é utilizado; onde se encontram maior fluxo e concentração de pessoas; onde são necessárias intervenções que promovam melhoria das características do local; quais aspectos devem ser trabalhados para que se preserve as relações já existentes, entre outras questões. Isto norteará as propostas de intervenção para o bairro, pois auxiliará nas reflexões acerca das circunstâncias encontradas ao longo da jornada, além das possibilidades que cada uma delas promove em relação à proposta de intervenção urbana.



Fig. 48: Cartograma - Representação de todos os aspectos descritos anteriormente  
Fonte: Elaborado pela autora

# um olhar sobre o jardim nossa senhora aparecida

## entrevista

Além dos métodos já apresentados, também foi utilizado como recurso a aplicação de uma entrevista junto aos moradores, de forma que as soluções pudessem, da melhor maneira, atender às suas necessidades. A partir da utilização desta ferramenta foi possível traçar o perfil dos residentes, observar o que o bairro tem a oferecê-los, atualmente, e como se dá a relação entre espaço e usuário de forma mais direta.

Participaram da entrevista 51 moradores com idades entre 18 e 67 anos, usuários de serviços públicos no geral, como escola, assistência médica e outros. As primeiras perguntas trataram sobre características socioeconômicas dos entrevistados, o que possibilitou uma compreensão ainda maior sobre as dificuldades enfrentadas no cotidiano. Já no início da entrevista, em relação à educação, evidenciou-se o fato de que 39,2% dos entrevistados sequer possui o Ensino Fundamental completo, conforme figura 49. Sobre o campo profissional constatou-se primeiro que 56,9% são de pessoas em situação de

desemprego. Depois, que os 43,1% dos entrevistados que trabalham se subdividem entre áreas do setor público, privado, informal e autônomos. Além disso, sua carga de trabalho varia, mas a maioria trabalha em horário comercial, ou seja, entre 8 horas da manhã e as 6 horas da tarde (ver figura 50).

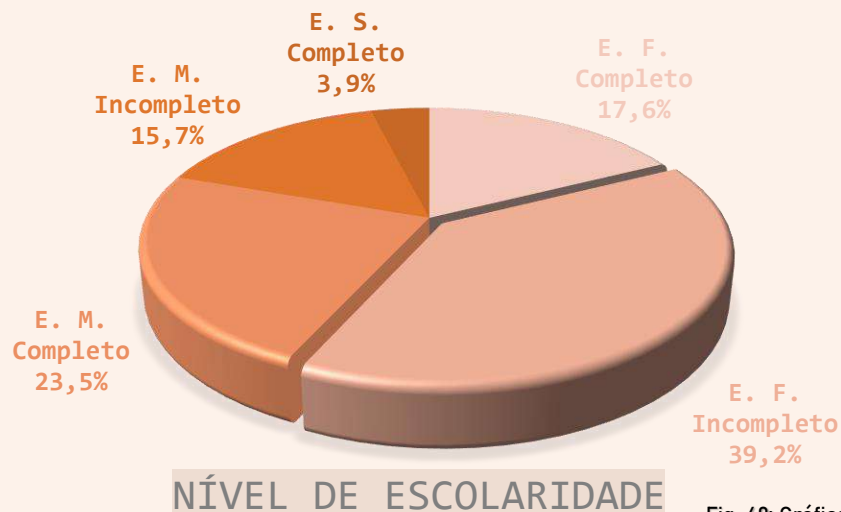


Fig. 49: Gráfico – nível de escolaridade  
Fonte: Elaborado pela autora

## EXERCE ATIVIDADE REMUNERADA

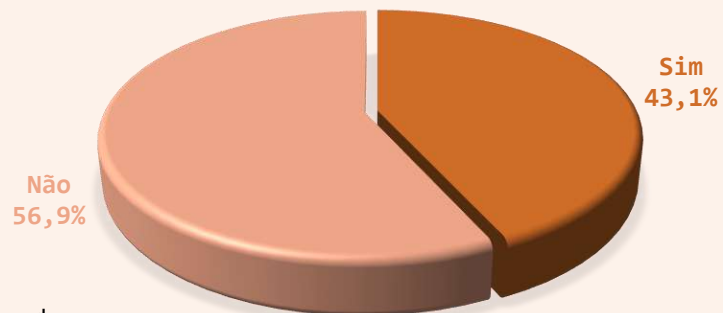
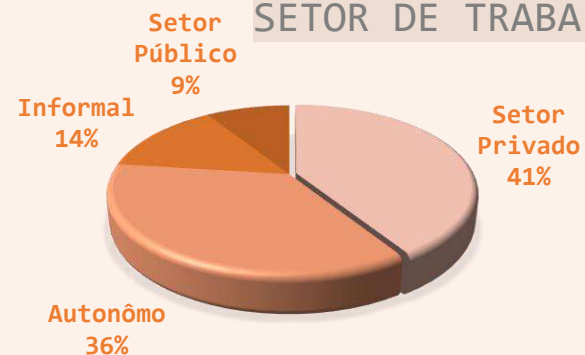
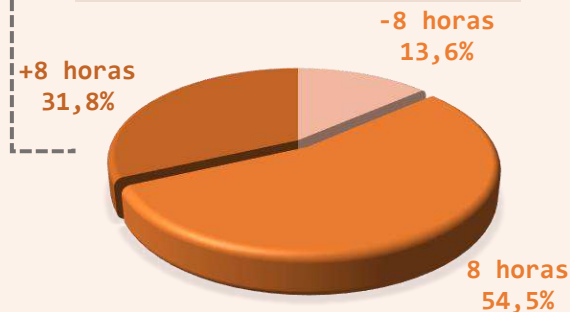


Fig. 50: Gráfico – exercício de atividade remunerada, setor e jornada de trabalho  
Fonte: Elaborado pela autora

## SETOR DE TRABALHO



## JORNADA DE TRABALHO





## RENDA FAMILIAR

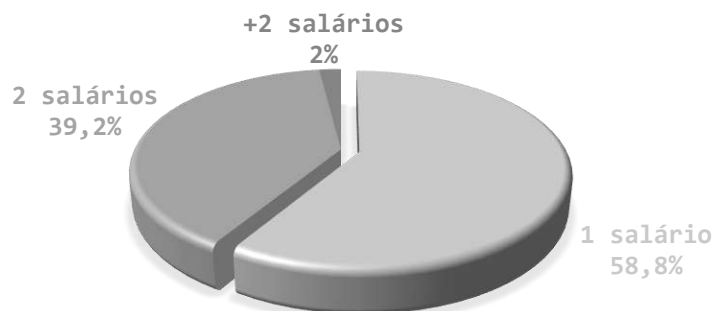
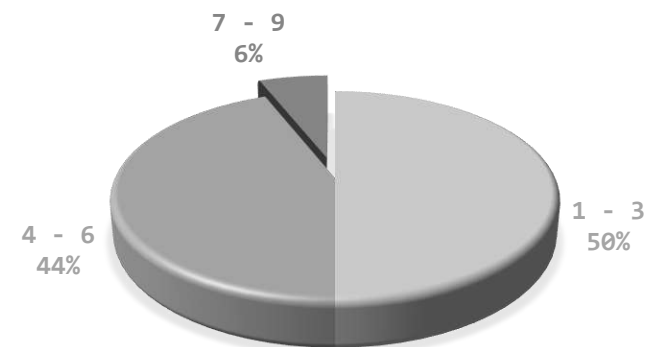


Fig. 51: Gráfico - renda salarial familiar  
Fonte: Elaborado pela autora

Atrelado a este aspecto, questionou-se sobre a renda salarial familiar dos entrevistados, onde apenas 2% afirmaram receber mais que dois salários mínimos, enquanto que a maioria (58,8%) recebe menos do que um salário mínimo vigente no país, como mostra a figura 51. É importante ressaltar que isso ocorre em grupos familiares que podem chegar até nove pessoas residindo no mesmo imóvel (ver figura 52), que muitas vezes é sustentado por um único provedor. Exemplo disso, são famílias que possuem filhos com idades entre 18 e 30 anos que encontram-se desempregados, estando somente o pai responsável pelo sustento da família, em alguns casos também a mãe, mas a maior parte das entrevistadas afirmou ser dona de casa com nenhum tipo de subsídio.



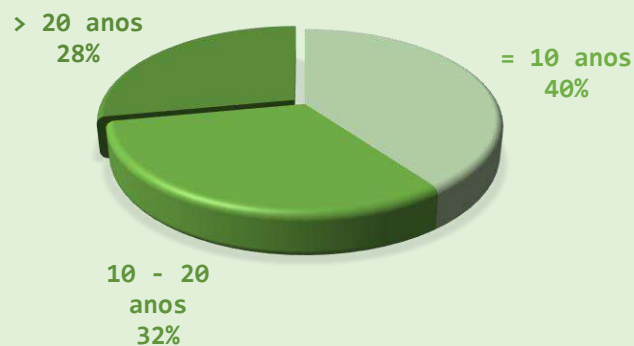
## QUANTIDADE DE INTEGRANTES DO GRUPO FAMILIAR

Fig. 52: Gráfico - quantidade de integrantes da família  
Fonte: Elaborado pela autora

Ainda no que se refere ao perfil dessas famílias, apenas 13,7% dos entrevistados afirmou morar em casas de aluguel, os outros 86,3% residem em casas próprias — por meios distintos, como cessão do terreno por parte da prefeitura, compra ou herança (ver figura 53), fato esperado quando consideradas as condições de origem do bairro, explicando também moradores com mais de 20 anos de residência no local, como mostra a figura 54.



Fig. 53: Gráfico - situação dos imóveis  
Fonte: Elaborado pela autora



## TEMPO DE RESIDÊNCIA

Fig. 54: Gráfico - tempo de residência no bairro  
Fonte: Elaborado pela autora

## EQUIPAMENTOS NO IMÓVEL

Sobre as características das moradias o que se constatou durante a visita é que todas elas passaram ou estão passando por alguma reforma. Atualmente, todos os imóveis são de alvenaria e já possuem mais cômodos do que os registrados nas plantas iniciais, de acordo com dados da Prefeitura Municipal. Além disso, com exceção do serviço de internet, todos moradores entrevistados estão abastecidos com serviços básicos como água, energia, coleta de lixo, esgoto e telefonia, como pode ser visto na figura 55.

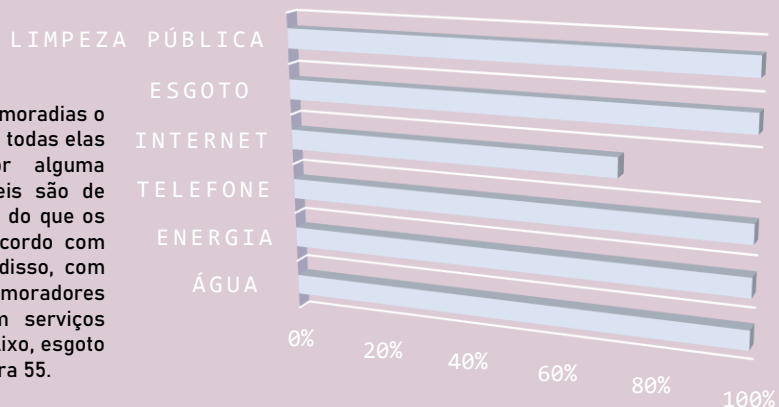


Fig. 55: Gráfico – serviços existentes no imóvel  
Fonte: Elaborado pela autora

Levando em conta todos os aspectos apresentados, iniciou-se a investigação sobre como é, de fato, a relação entre os moradores e a região, considerando a qualidade de vida a partir do que o bairro pode lhes oferecer. Das problemáticas apontadas pelos entrevistados a principal delas é o sentimento de abandono pelo poder público e está relacionada a falta de emprego; infraestrutura de baixa qualidade, dando destaque às ruas com asfalto danificado, falta de iluminação e problemas com esgoto em algumas residências, a degradação do córrego e a falta de espaço para lazer e atividades físicas. Este último explica, em suma, os motivos para que 56,9% dos entrevistados não pratique atividades físicas ou de lazer, ao mesmo tempo em que 90,2% deles reconheçam a relevância dessas práticas, conforme figura 56.

Ainda assim, quando questionados se acreditam que possuem qualidade de vida, tem-se 82,4% dos moradores que afirma positivamente (figura 58) e 92,2% que diz gostar de morar no Jardim Nossa Senhora Aparecida (figura 57).

## GOSTA DE MORAR NO BAIRRO



Fig. 57: Gráfico – relação com o bairro  
Fonte: Elaborado pela autora

Fig. 56: Gráfico – prática e relevância de atividades físicas e de lazer  
Fonte: Elaborado pela autora

## PRÁTICA ATIVIDADES FÍSICAS E DE LAZER



## ACREDITA SER RELEVANTE



## TEM QUALIDADE DE VIDA

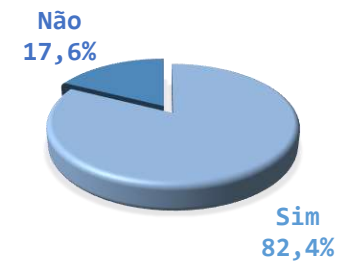


Fig. 58: Gráfico – qualidade de vida  
Fonte: Elaborado pela autora

Ao final, dando espaço para que pudessem sugerir mudanças e melhorias ao bairro, as principais sugestões foram recapeamento do asfalto junto ao restabelecimento da sinalização viária; área de lazer, principalmente para as crianças que no momento, sem espaço adequado, se utilizam das ruas para brincar; mais comércio; limpeza dos terrenos ao redor do bairro que encontram-se em estado de abandono, já que o mato alto causa a aparição de diversos animais peçonhentos; lugar para a realização de diferentes atividades físicas; espaços de convivência, onde podem se encontrar e conversar com amigos e conhecidos, assim como um ambiente para festas; conscientização quanto a limpeza do bairro; instauração de projetos sociais; entre outros (ver figura 59).

Assim, finalizada a entrevista e após toda a averiguação feita a respeito do Jardim Nossa Senhora Aparecida, foi possível constatar toda a potencialidade que a área possui para a sua requalificação. Dessa forma, o principal objetivo é explorar a oportunidade de utilização adequada para suprir as necessidades de seus moradores, assim como de seus vizinhos mais próximos.

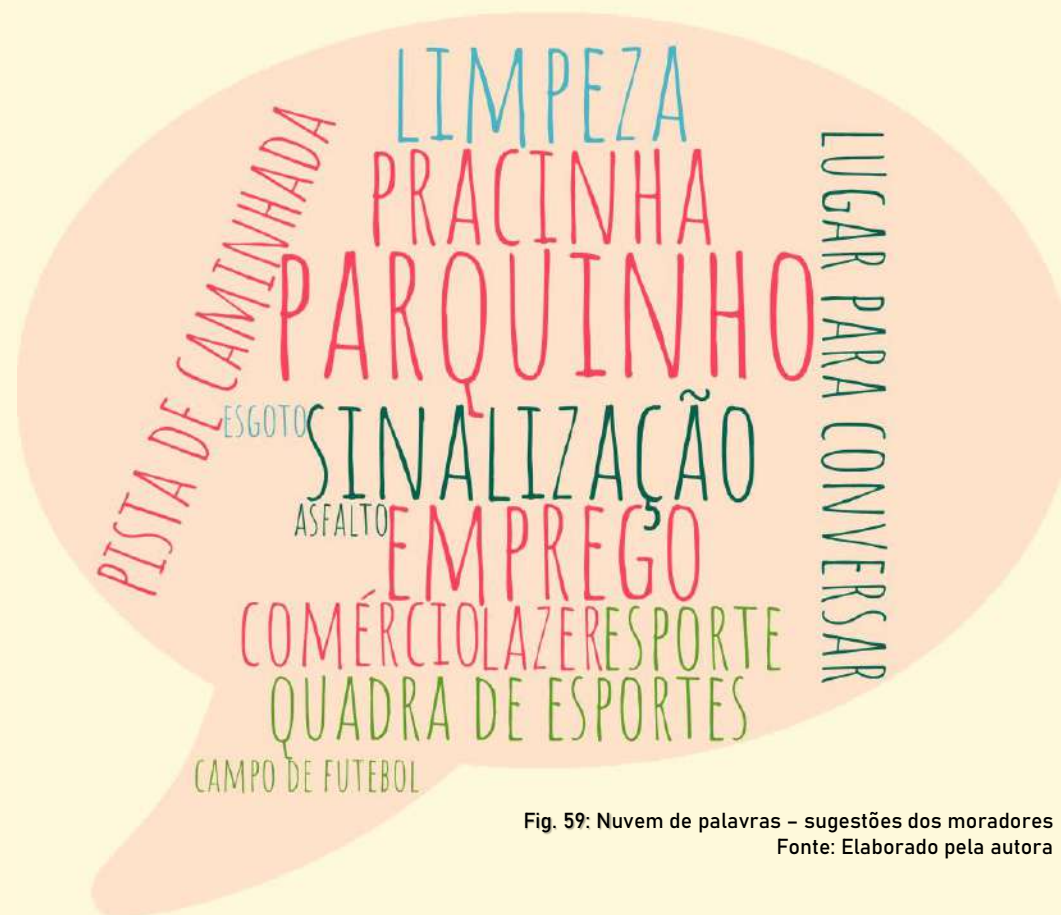


Fig. 59: Nuvem de palavras – sugestões dos moradores  
Fonte: Elaborado pela autora

# referências projetuais

córrego do antonico - são paulo

A realidade das áreas urbanas no Brasil são muito parecidas em relação aos resultados da urbanização acelerada e mal planejada. Seja em pequenas, médias ou grandes cidades, a busca por soluções para os mesmos tipos de problemas tornou-se constante e de grande importância no desenvolvimento local e regional.

O projeto urbano elaborado para o Córrego do Antonico, localizado em Paraisópolis, São Paulo, é um dos exemplos que ilustram tal realidade. Desenvolvido pelo escritório de arquitetura MMBB, atendendo ao chamado da Secretaria Municipal de Habitação em 2008, o estudo de reurbanização trata principalmente da reconciliação da comunidade com as águas.

Segundo Souza e Barifouse (2019), Paraisópolis abriga nos seus 10 km<sup>2</sup> de extensão cerca de 100 mil pessoas e a área que a princípio deveria ser um condomínio de luxo passou a ser a segunda maior favela de São Paulo (ver figura 60). O local passou a ser ocupado a partir de 1964 e, atualmente, possui ao menos 21 mil moradias.



Fig. 60: Comunidade Paraisópolis - SP  
Fonte: MMBB Arquitetos





Fig. 61: Proposta de intervenção  
Fonte: MMBB Arquitetos, elaborado pela autora

O Córrego do Antonico, que passa cortando o bairro, tornou-se subterrâneo após receber inúmeras construções ao longo de seu leito. Como consequência, tornou-se área de risco, pois no período de chuvas, os moradores enfrentam dificuldades com os alagamentos e com a possibilidade das casas serem arrastadas pela correnteza. A proposta apresentada para esta situação foi a canalização do córrego dividida em dois canais: um acima onde estariam águas seguras, permitindo até mesmo que as crianças brinquem no local, e um abaixo que abrigaria todo o remanescente (ver figuras 61 e 62).

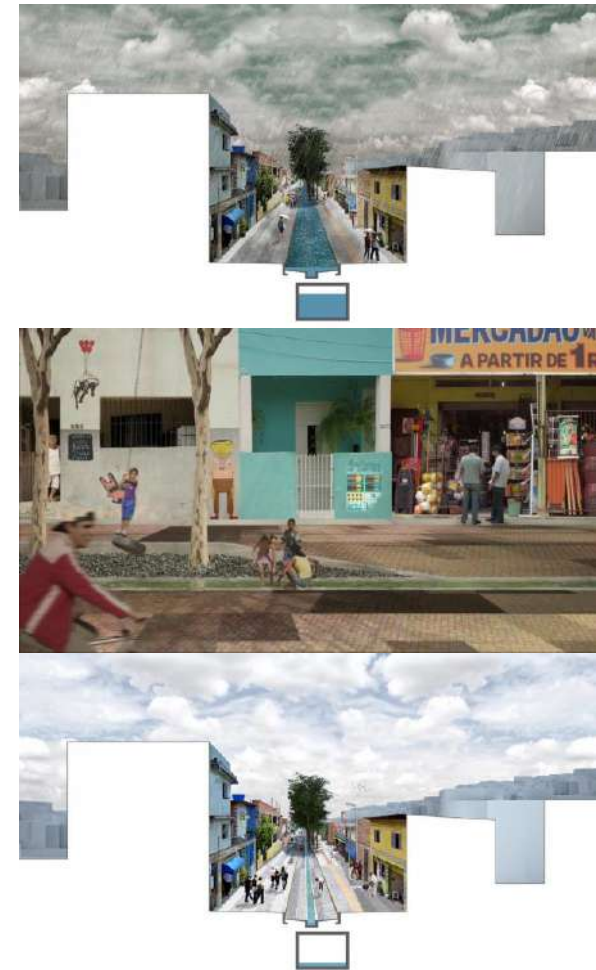


Fig. 62: Proposta de canais para o córrego  
Fonte: MMBB Arquitetos, elaborado pela autora

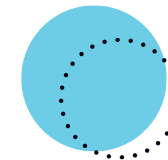
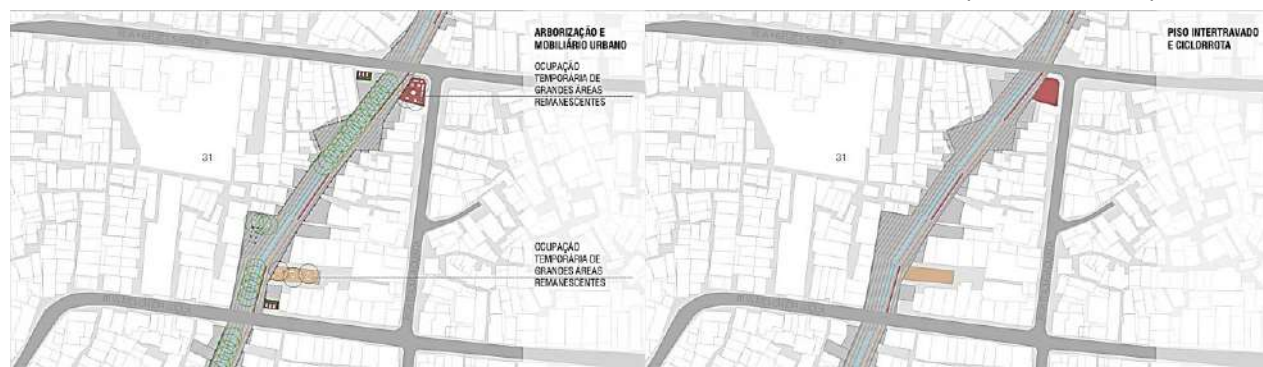


Fig. 63: Proposta de intervenção – área de expansão  
Fonte: MMBB Arquitetos, elaborado pela autora

Paralelo ao córrego foi destinado espaço para passeios públicos, além de uma área de estar e encontro, pois uma das maiores carências da comunidade é a falta de espaço livre. Uma faixa de aproximadamente 3 metros de largura foi pensada de forma a possibilitar aos moradores a criação de novos ambientes, como salas, varandas e também a abertura de novos comércios (ver figura 63). Esse local de troca traria à Paraisópolis novas oportunidades de conexão, de modo a integrá-la ao restante do tecido urbano.

O paisagismo seria componente importante na situação urbana de beleza e desfrute, pois além de preencher as praças voltadas ao lazer, as árvores seriam agentes de manutenção do córrego através de suas raízes no processo de tratamento fitossanitário (ver figura 64). O arquiteto Milton Braga, um dos responsáveis pelo projeto, cita que é importante deixar claro a importância de preservação da área ao morador, pois o espaço livre não definido se torna alvo de uma futura invasão. Infelizmente, até dezembro de 2019 ainda não havia previsão da canalização do córrego pela Gestão Municipal.

Fig. 64: Proposta de intervenção – arborização e piso  
Fonte: MMBB Arquitetos, elaborado pela autora



# referências projetuais

## bacia do bacanga - são luís

O Programa de Recuperação Ambiental e Melhoria da Qualidade de Vida da Bacia do Bacanga visa através da implementação de políticas públicas, mudar as condições de vida da população carente que reside na área do rio Bacanga, este que nasce em São Luís no estado do Maranhão e deságua na baía São Marcos no Oceano Atlântico. São 19 km de extensão que possuem rica biodiversidade (ver figura 65), mas que nas áreas populacionais enfrentam diversos problemas, principalmente devido a intensa urbanização e o descarte desmedido de resíduos sólidos.

Em 2014 o escritório Grifo Arquitetura, responsável por desenvolver os projetos de arquitetura, desenho urbano e paisagismo da área, elaborou um projeto de requalificação da margem esquerda da Bacia do Bacanga que tinha como objetivo a construção de praças nos oito bairros que margeiam o rio, Parque Sá Viana e Calçada da Orla, além de um novo desenho para o Estádio Cardosão (ver figura 66).

Com a participação da comunidade foi possível estabelecer o que seria desenvolvido no local, como as intervenções paisagísticas e mobiliário urbano, promovendo o objetivo de recuperação ambiental, além do estímulo às atividades de lazer e interação entre os usuários, totalizando 1.200 m<sup>2</sup> de intervenções pontuais e com reversibilidade por se tratar de área de ambiental.

Fig. 65: Implantação Bacia do Bacanga – área de intervenção  
Fonte: Grifo Arquitetura



Fig. 66: Imagens 3D - proposta de intervenção  
Fonte: Grifo Arquitetura, elaborado pela autora



# referências projetuais

a8erna - holanda

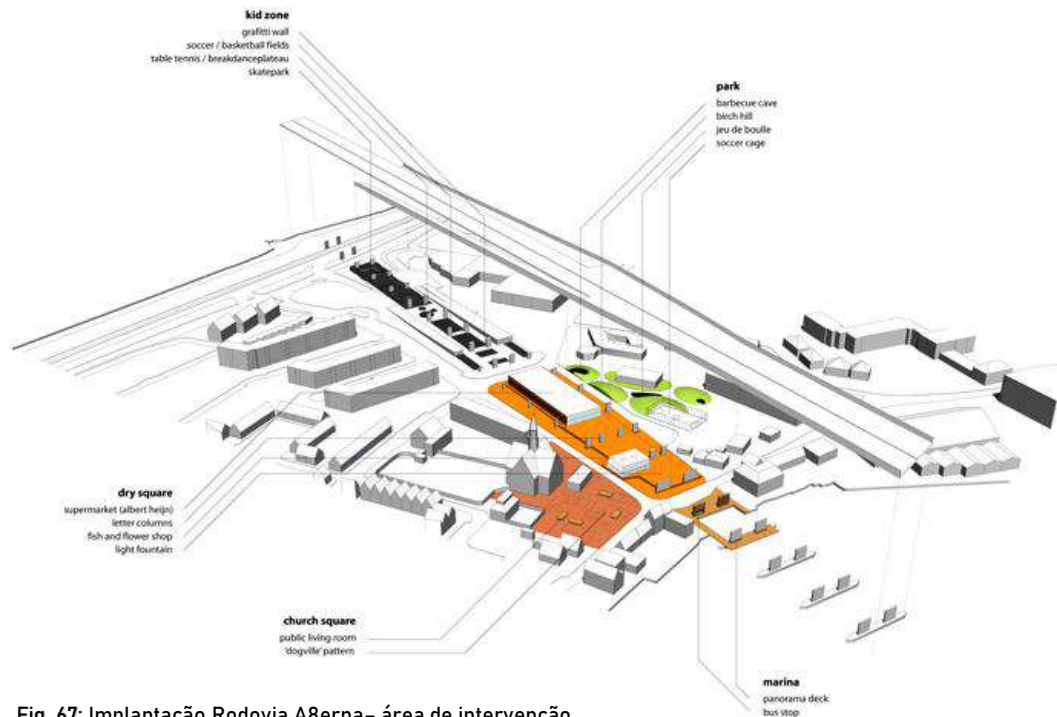
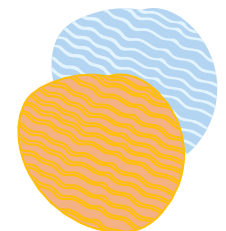


Fig. 67: Implantação Rodovia A8erna- área de intervenção  
Fonte: NL Architects

Além dos exemplos brasileiros existem muitos projetos urbanos em outros países e que dentro do contexto do urbanismo, recebem terminologias diferentes. Na Holanda, o escritório NL Architects propôs uma revitalização urbana sob uma rodovia elevada no distrito de Koog aan de Zaan (ver figura 67), ela foi construída em 1970 de modo a viabilizar o tráfego de veículos sobre o rio, mas acabou por dividir a malha urbana, resultando do que seria um sinal de progresso, uma cicatriz urbana segregadora. Assim, o objetivo era implementar naquele espaço vago entre os pilotis que sustentam a rodovia, algo que permitisse restabelecer a conexão entre a igreja local e o restante da cidade, que ficaram em lados opostos.







# aquilo que se propõe

Com o propósito de trabalhar a paisagem urbana, dando ao bairro uma nova imagem perante a cidade, estão a seguir, as propostas e justificativas acerca do projeto de intervenção. Em primeiro lugar, levando em conta todos os aspectos já analisados, foi feito a delimitação da área para idealização do projeto de requalificação (ver figura 69). Em seguida, buscou-se realizar uma análise morfológica da região, considerando todos os elementos que a compõem, como lotes, córrego, áreas verdes, vias e topografia, conforme figuras 70 e 71,



Fig. 69: Recorte da área escolhida para proposta de intervenção  
Fonte: Google Maps, editado pela autora

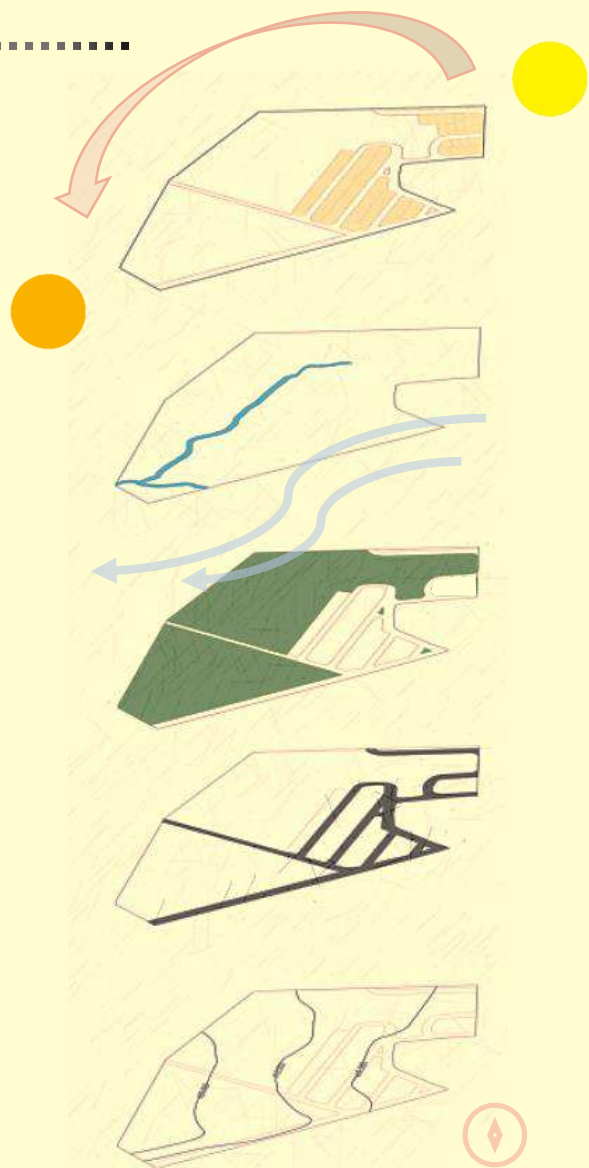
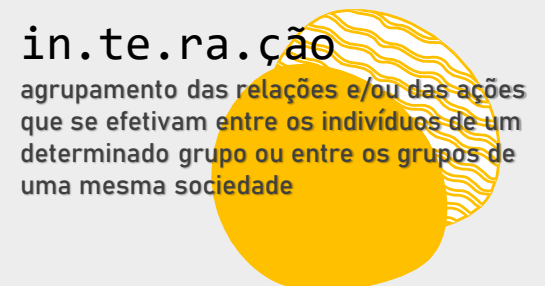
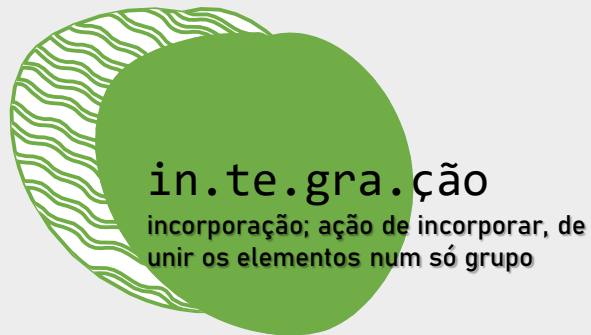


Fig. 70: Análise morfológica da região  
Fonte: Elaborado pela autora



Fig. 71: Imagens da região selecionada  
Fonte: Acervo pessoal





Ainda tratando sobre a integração como conceito e para que fosse colocado em prática a vontade dos moradores no que se refere às sugestões obtidas através da entrevista, formulou-se a concepção de um Centro Comunitário, onde grande parte das atividades mencionadas pudessem ser realizadas, tais como a criação de uma associação de moradores que fique responsável pelo gerenciamento de atividades relacionadas ao bairro, como campanhas de conscientização e preservação do meio ambiente; quadra poliesportiva que além de comportar diferentes modalidades de esporte também atue como espaço para festas comunitárias; promoção de uma feira semanal, haja vista a existência de uma horta próxima ao córrego, dando principalmente aos moradores hortifrutigranjeiros a chance de obtenção de renda; salas de aula, biblioteca, ateliê e laboratório de informática para o estímulo de atividades profissionalizantes; quiosques que poderão ser utilizados por pequenos comerciantes para venda de alimentos, vestuários, artigos diversos, entre outros setores do comércio; e rede de internet gratuita para o acesso da população.

A escolha do local para a implantação da proposta foi considerada ainda durante a realização da Deriva. Trata-se de terreno particular, em situação de abandono, localizado entre o Jardim Nossa Senhora Aparecida e os bairros Vila Esperança e Jardim Maringá, no encontro das Ruas José Lutti e Luiz Vignoli. Neste local os moradores já praticam algumas atividades, principalmente as crianças que o utilizam como área de lazer, evidenciando sua potencialidade de uso. Além disso, está localizado na rua de maior tráfego da área, a Rua José Lutti, o que o torna visível a todos que ali passarem, além da questão de facilidade de acesso. Como trata-se de terreno particular, assim como a área para onde foram os lotes remanejados, a intenção é de que se utilize de ferramentas para a desapropriação do imóvel, dentro do que estabelece a legislação.

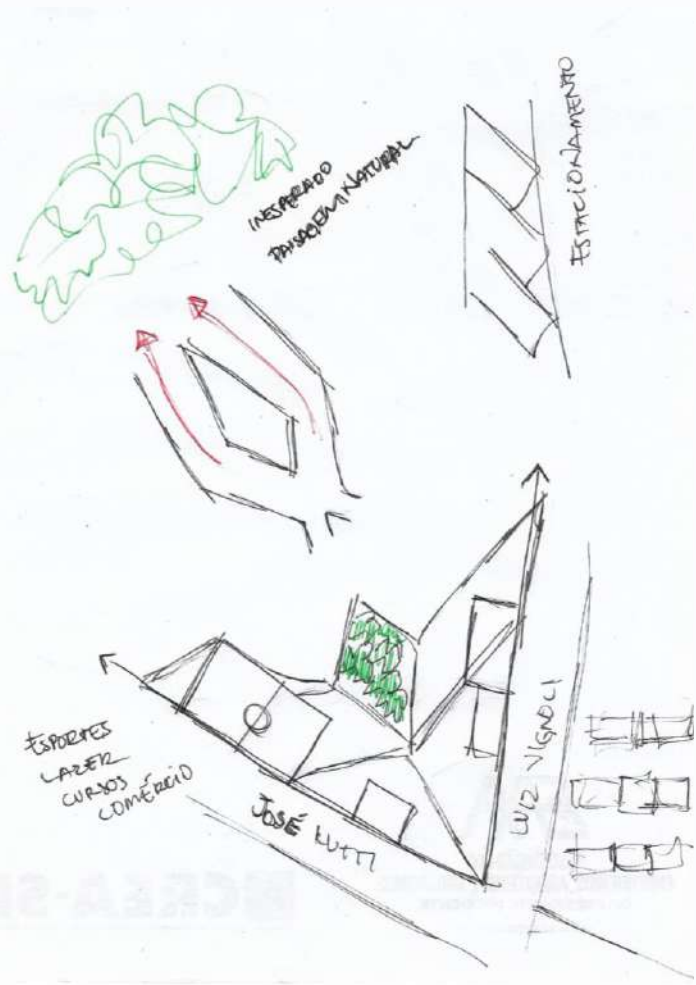


Fig. 73: Croqui – propostas iniciais  
Fonte: Elaborado pela autora



A criação deste espaço foi trabalhada em cima de conceitos como solidez, amplitude e permeabilidade. A primeira ideia foi acompanhar o desenho do lote para erguer suas paredes e utilizar a quina que se formou como entrada principal. A partir daí, idealizou-se a sensação de encontrar o inesperado, pois ao entrar no centro comunitário, o observador vê primeiro a disposição das salas e ao final dos corredores se depara com o acesso à ampla paisagem natural.



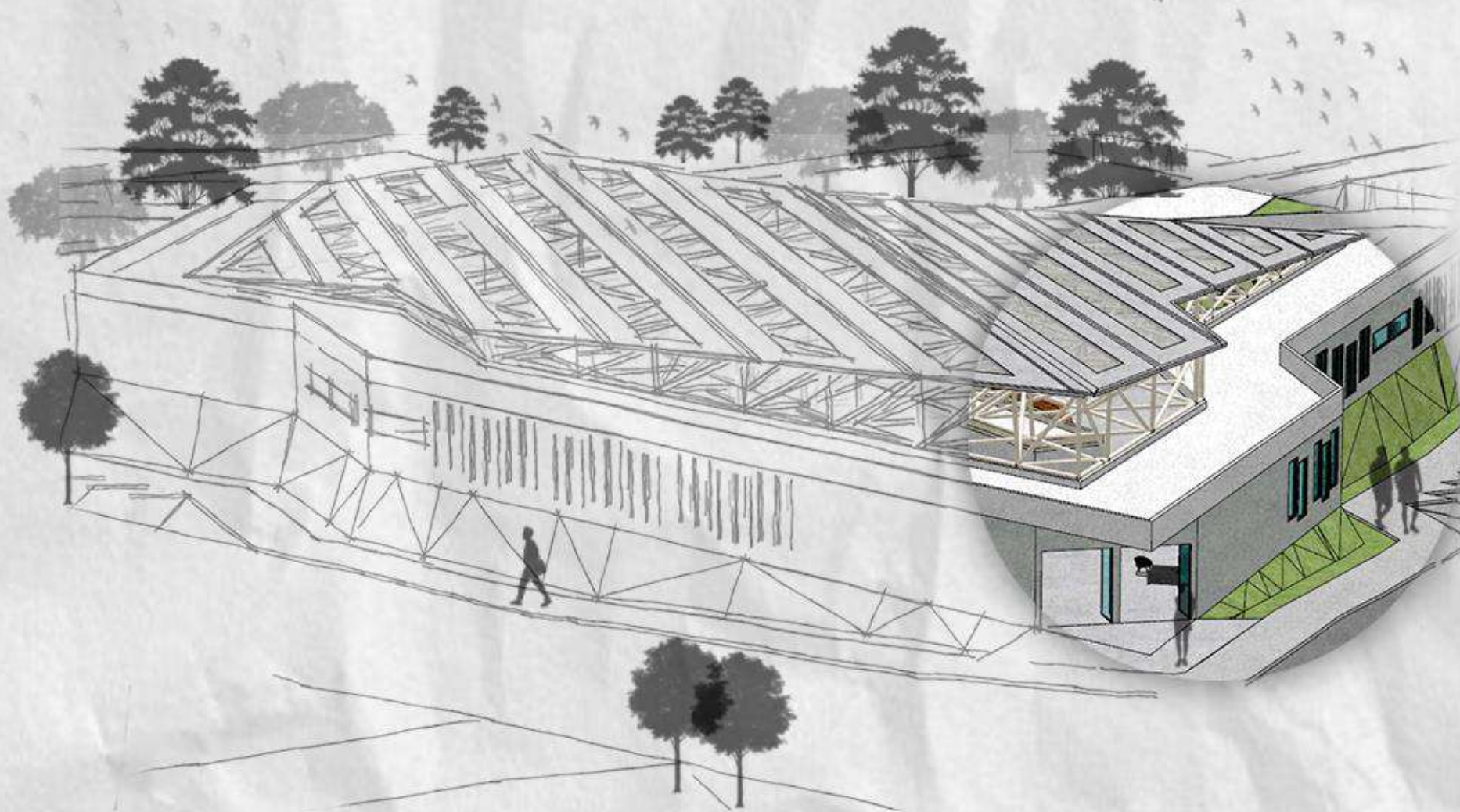


Fig. 74: Perspectiva em esboço - Centro Comunitário  
Fonte: Elaborado pela autora

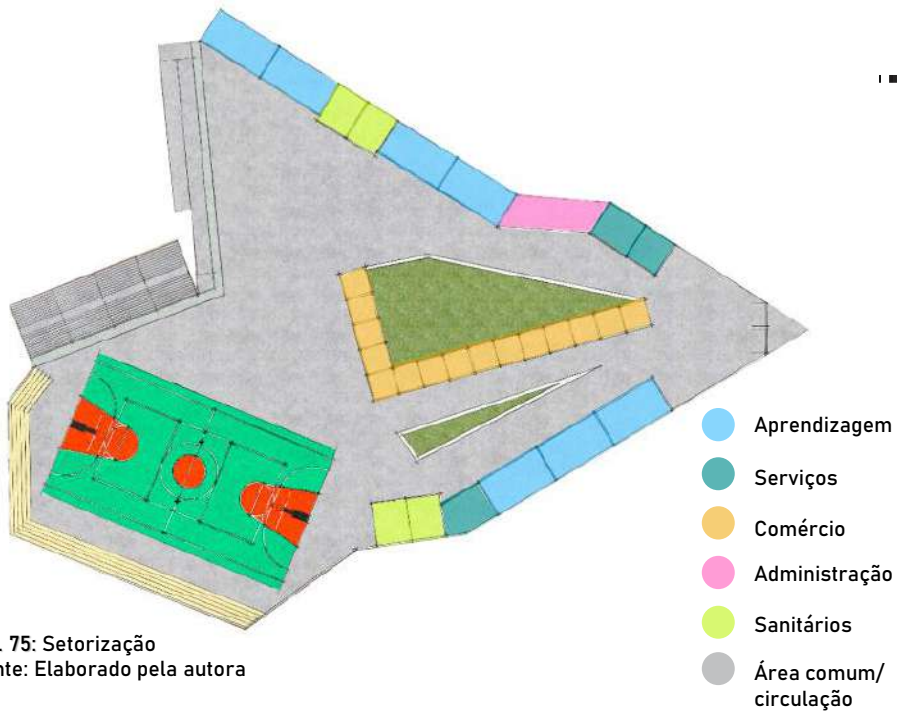


Fig. 75: Setorização  
Fonte: Elaborado pela autora

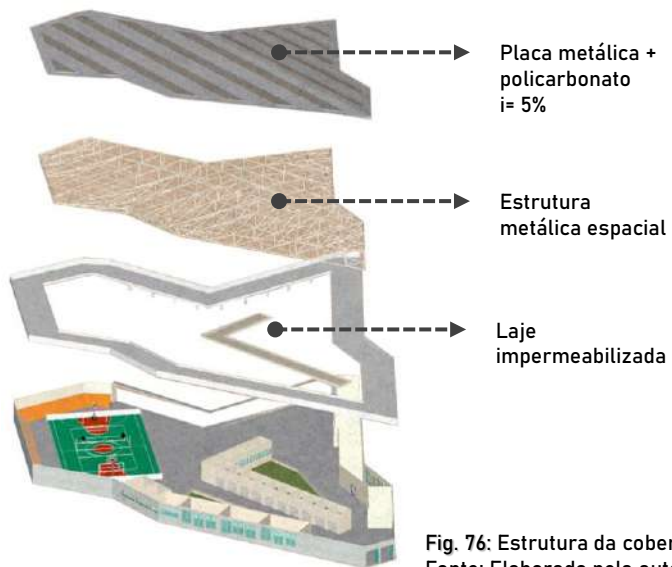


Fig. 76: Estrutura da cobertura  
Fonte: Elaborado pela autora

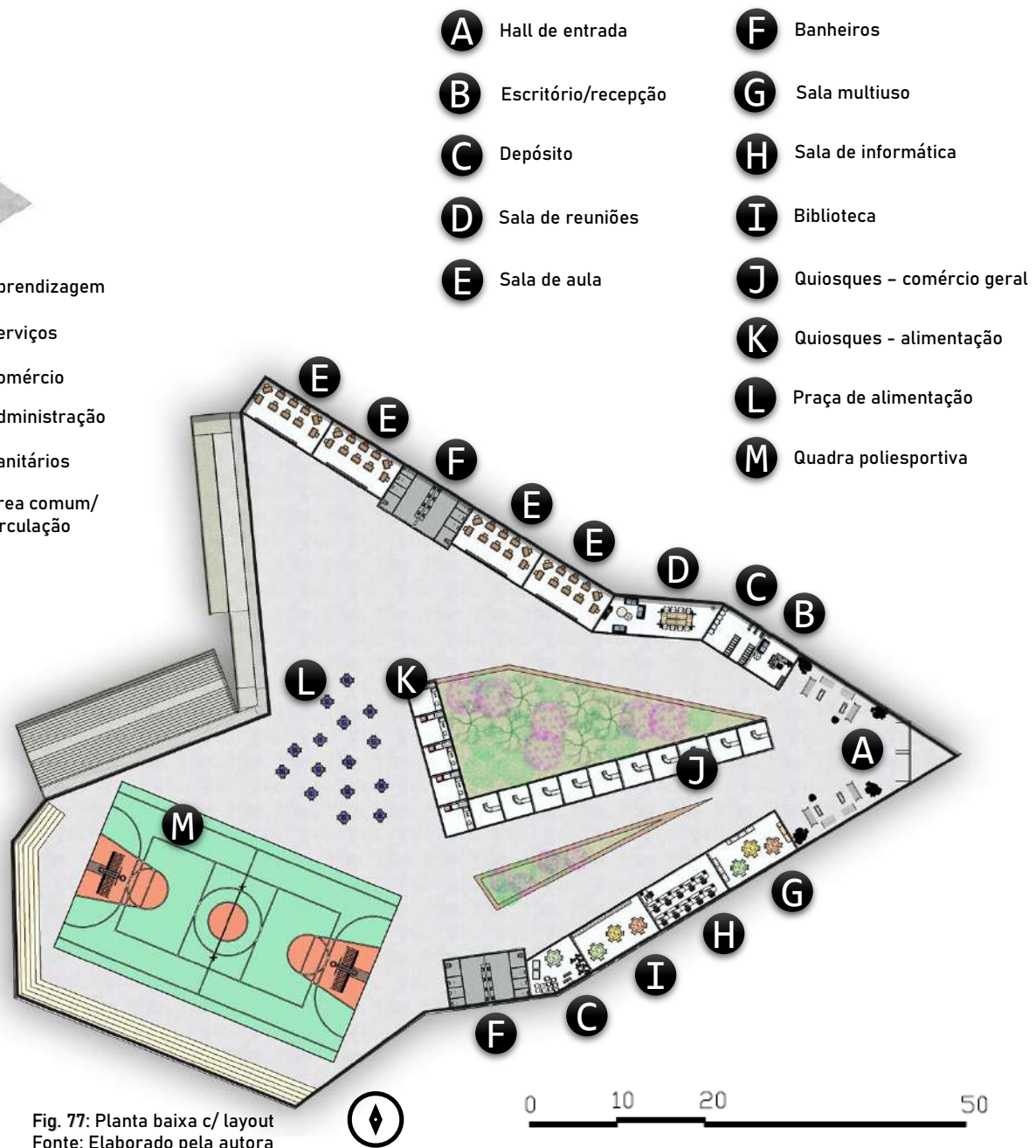


Fig. 77: Planta baixa c/ layout  
Fonte: Elaborado pela autora



CENTRO COMUNITÁRIO  
FACHADA LATERAL





CENTRO COMUNITÁRIO  
FACHADA POSTERIOR



FACHADA FRONTAL



HALL DE ENTRADA



CIRCULAÇÃO



**SALA DE REUNIÕES**



**SALA DE AULA**



**LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA**



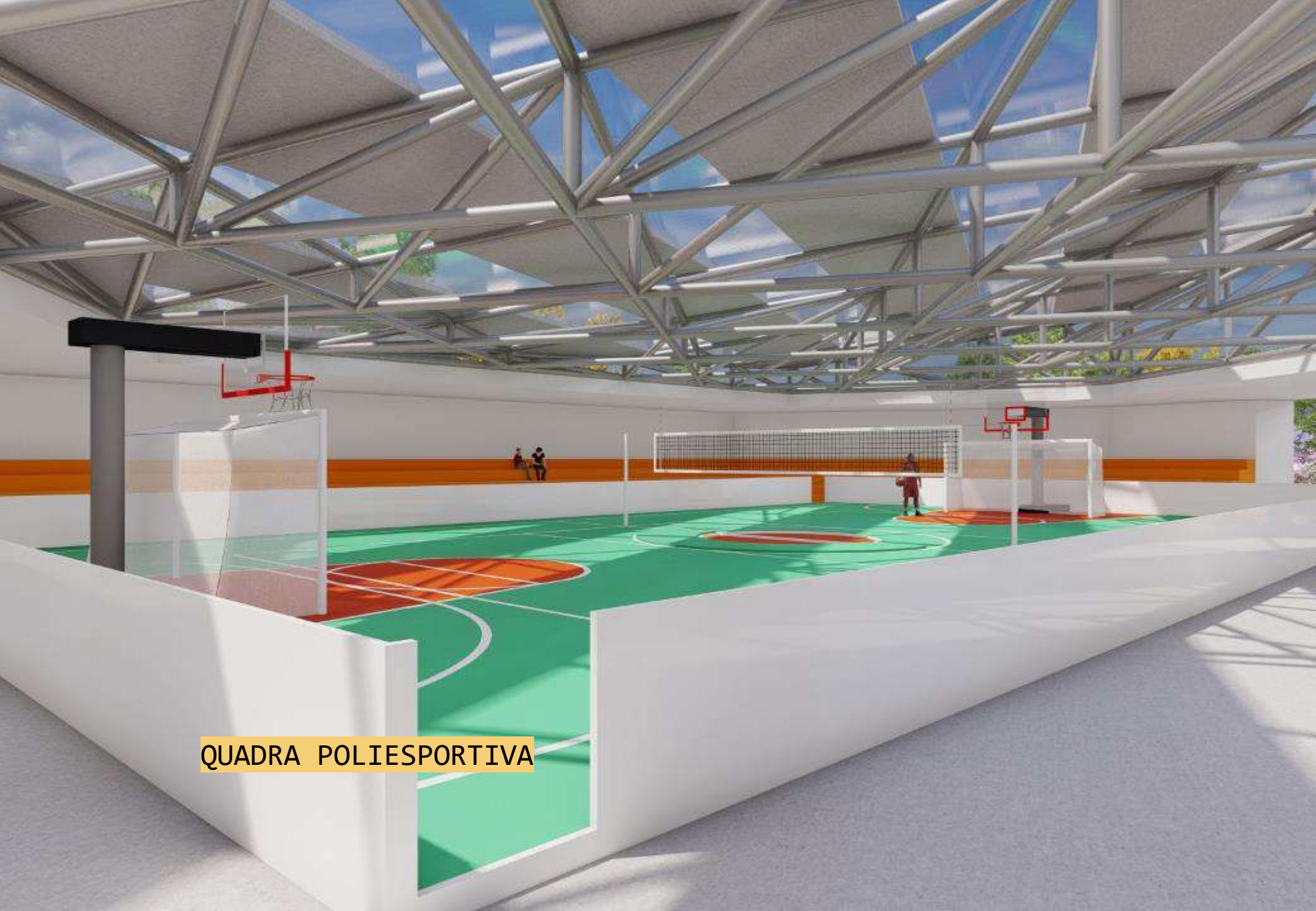
**BIBLIOTECA**



**QUIOSQUES – COMÉRCIO GERAL**



PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO



QUADRA POLIESPORTIVA



Durante a Deriva, observou-se também outro ponto com potencialidade de uso. Este fica próximo a nascente do córrego, entre o Jardim Nossa Senhora Aparecida e o Jardim Por do Sol, onde atualmente é utilizado como um campinho de futebol improvisado. Pensando nisto e ainda nos conceitos de integração e interação, deliberou-se sobre a criação de um pequeno parque urbano, paralelo ao córrego, que estimule a utilização do novo espaço também pelos moradores de bairros adjacentes, além de proporcionar interação entre o bairro e a nova rua implantada, para que não fosse gerada a sensação de exclusão em relação às famílias remanejadas.

Assim, serão incorporados ao parque uma pista de caminhada (1), onde é interessante destacar que esta atuará como principal partido do projeto, pois efetiva de maneira clara o conceito de integração, levando o usuário de uma área a outra, contando com pequenas pontes para travessia sobre o córrego; academia ao ar livre (2); playground para crianças (3); campo de futebol Society (4); mesas e bancos (5), para a permanência dos usuários; pista de skate (6) e estacionamento (7), que tem a função de atender não somente aos visitantes, mas também aos moradores que não possuem garagem em suas residências e, conseqüentemente, deixam seus veículos estacionados em vias públicas, principalmente nas calçadas impedindo o livre tráfego de pedestres. Além disso, será mantido o lugar onde, atualmente, encontra-se a horta (8), conforme pode ser visto na figura.

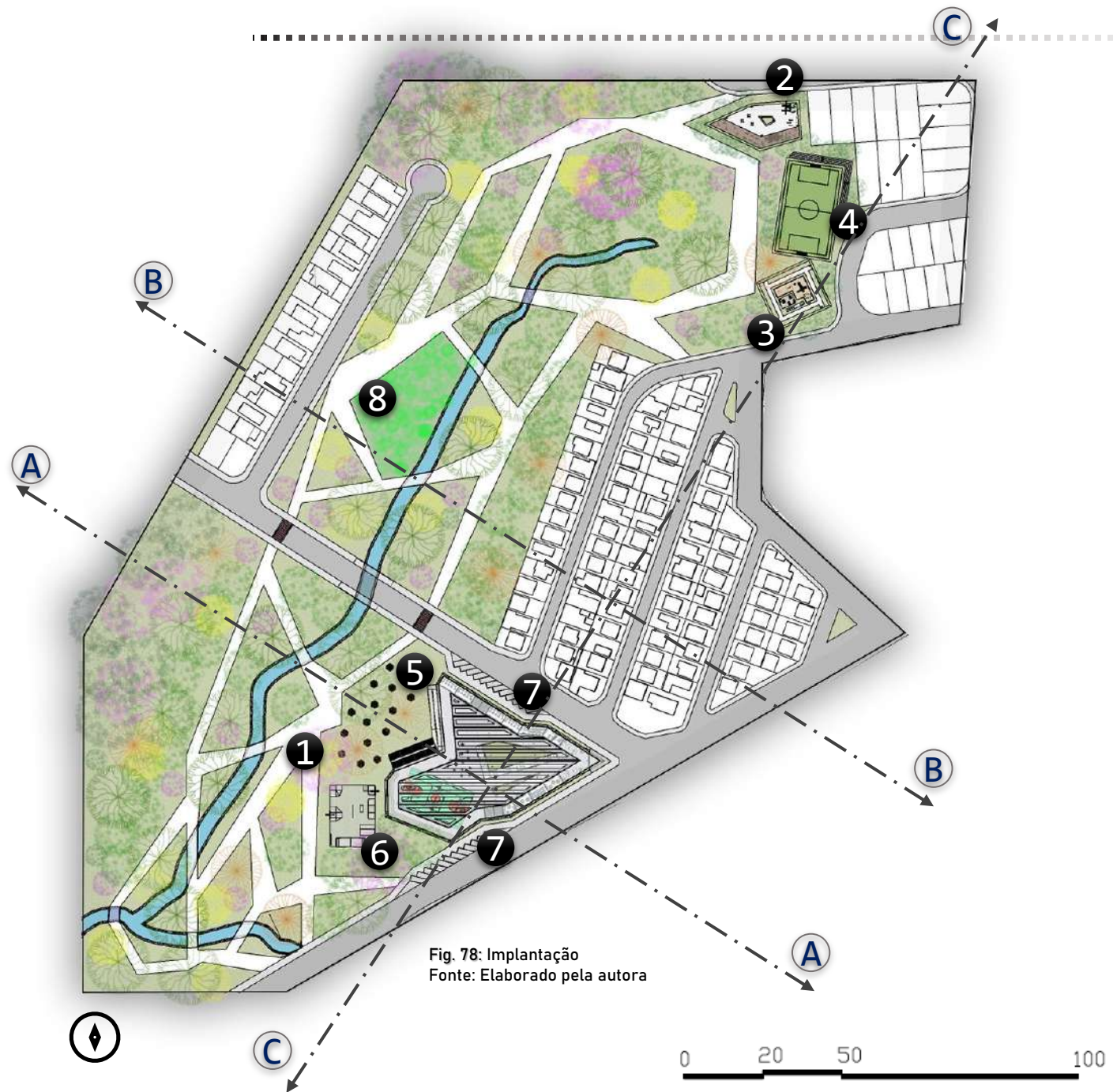
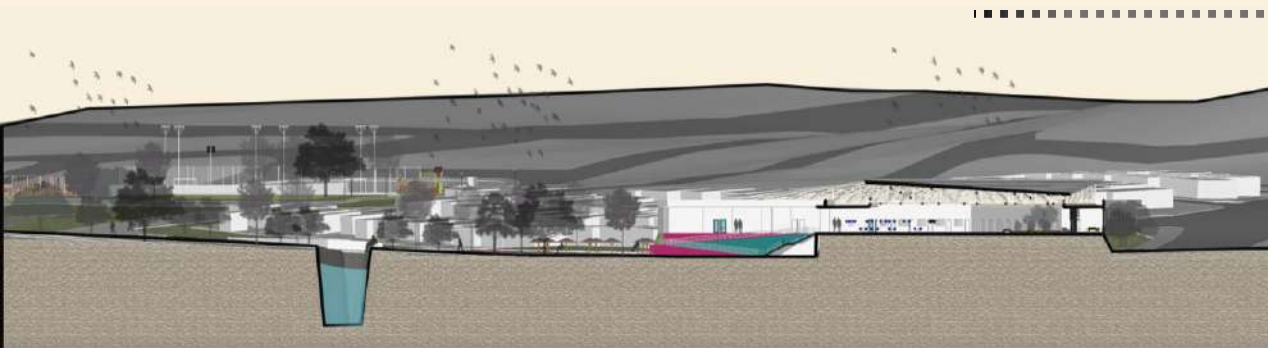


Fig. 78: Implantação  
Fonte: Elaborado pela autora



**Corte AA**

**Fig. 79: Corte transversal AA**  
Fonte: Elaborado pela autora



**Corte BB**

**Fig. 80: Corte transversal BB**  
Fonte: Elaborado pela autora



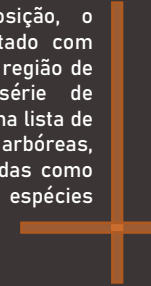
**Corte CC**

**Fig. 81: Corte longitudinal CC**  
Fonte: Elaborado pela autora



Há, ainda, a proposta de recuperação do Córrego 7 de Setembro que segue as recomendações especificadas no Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas/Reflorestamento. O objetivo é a implantação de reflorestamento utilizando-se espécies arbóreas nativas, visando a melhoria da qualidade ambiental através dos benefícios que as árvores nativas propiciam ao meio ambiente, como melhoria no microclima local e em aspectos paisagísticos, favorecimento da infiltração das águas pluviais, formação de fontes de abrigo e alimento para a fauna, manutenção da biodiversidade, contenção de possíveis processos erosivos, dentre outros aspectos.

Segundo o modelo de recomposição, o reflorestamento deverá ser executado com espécies arbóreas indicadas para a região de implantação e seguindo uma série de considerações. Vale citar que estão na lista de vegetação nativa quase 40 espécies arbóreas, dentre elas algumas muito conhecidas como Ipês, Jerivá, Jatobá e outras espécies frutíferas.



*Astronium graveolens* | Guaritá



*Schinus terebinthifolius* | Aroeira Pimenteira



*Xylopia brasiliensis* | Pindaiba



*Aspidosperma cylindrocarpon* | Peroba



*Aspidosperma polyneuron* | Peroba Rosa



*Tabebuia serratifolia* | Ipê Amarelo



*Tabebuia heptaphylla* | Ipê Roxo-sete-folhas



*Chorisia speciosa* | Paineira



*Nectandra* | Canelinha



*Eugenia uniflora* | Pitanga



*Myrcia tomentosa* | Goiaba-brava



*Genipa americana* | Genipapo



*Cordia trichotoma* | Louro-pardo



*Euterpe edulis* | Palmito Juçara



*Qualea grandiflora* | Pau-terra



*Myrciaria tenella* | Cambuí



*Pterogyne nictens* | Amendoim-do-campo



*Bauhinia forficata* | Unha-de-vaca



*Inga laurina* | Ingá-mirim



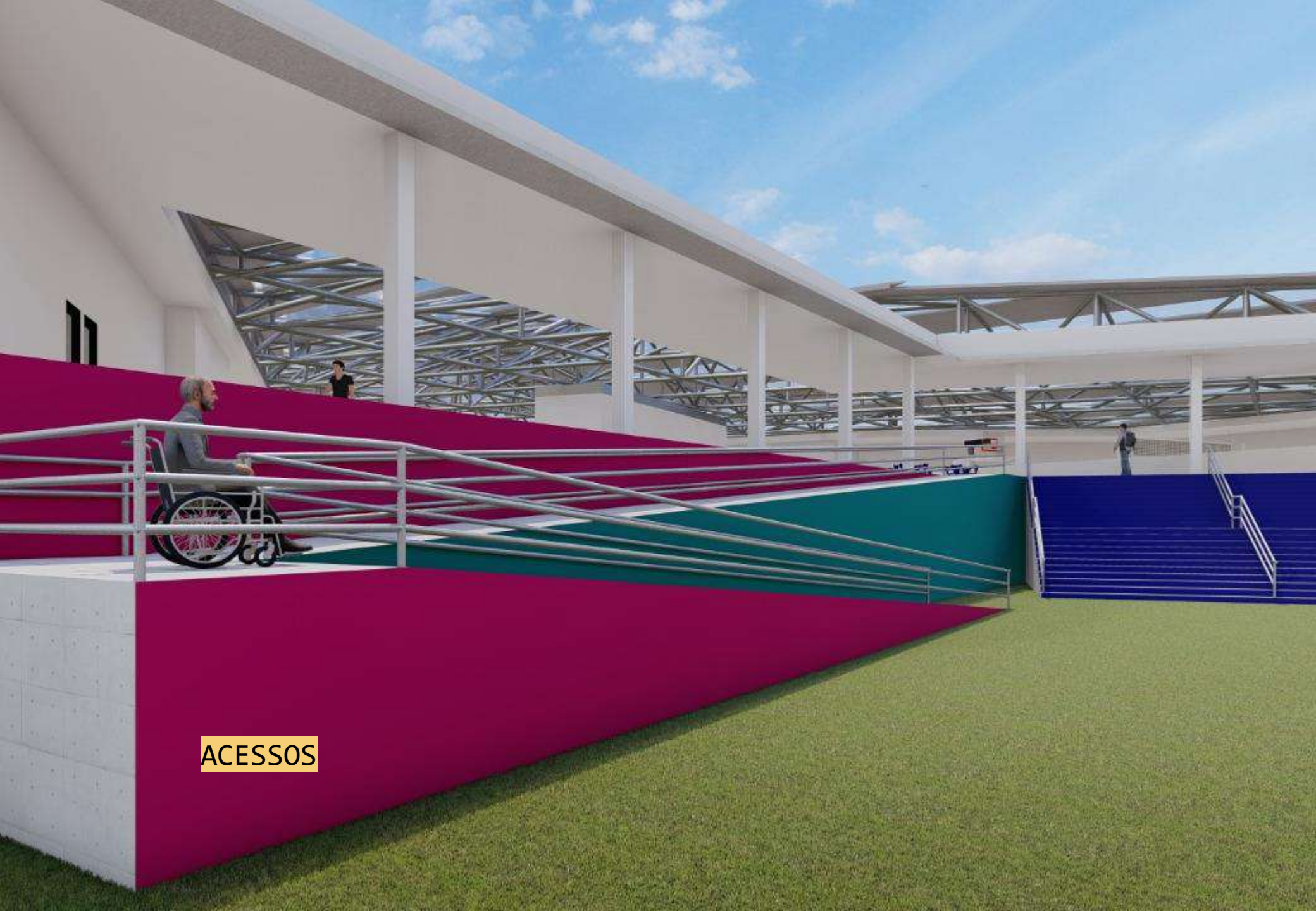
*Hymenaea courbaril* | Jatobá



Fig. 82: Representação da vegetação  
Fonte: Elaborado pela autora



ÁREA EXTERNA



ACESSOS



PISTA DE SKATE




TRAVESSIA POR FAIXA ELEVADA  
RUA LUIZ VIGNOLI





PISTA DE CAMINHADA

An architectural rendering of a park featuring a bridge crossing a stream. The bridge has a wide, light-colored concrete deck and a low, grey concrete parapet. The stream is contained within a stone-lined channel with a green-painted bottom. The surrounding landscape is lush with green grass, large trees, and various plants. People are shown walking and cycling on the path, indicating a recreational space. The sky is blue with scattered white clouds.

TRAVESSIA POR PONTES  
CÓRREGO 7 DE SETEMBRO



**HORTA COMUNITÁRIA**





PARQUE INFANTIL





CAMPO DE FUTEBOL SOCIETY







ACADEMIA AO AR LIVRE







PERMANÊNCIA

# IMPLANTAÇÃO GERAL



# referências

---

ANDRADE, Pedro Paulo de. **Vale do Paranapanema: ocupação, especulação, devastação: 1890-1944**. Assis, 2006. Disponível em: <http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/64>. Acesso em: 19 abr. 2020.

ÁVILA JR, Celso Jaloto. **Santo Anastácio: História de uma Cidade**. Porto Alegre, 1995.

BARATTO, Romullo. **Projeto Urbano A8erna: ativar o "terrain vague"**. Archdaily Brasil, 2013. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/135024/projeto-urbano-a8erna-ativar-o-terrain-vague>. Acesso em: 19 abr. 2020.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: Consequências Humanas**. Rio de Janeiro, 1999.

BORDE, Andréa de Lacerda Pessôa. **Percorrendo os Vazios Urbanos**. X Encontro Nacional da ANPUR (Associação Nacional de Planejamento Urbano e Regional), 2003.

CHAPARIM, Matheus Alcântara Silva; OLIVEIRA, Eduardo Romero de. **Desafios e Reflexões na Apreensão Afetiva da Cidade: A Deriva como Procedimento Metodológico**. Revista Geografia em Atos. Presidente Prudente, 2019. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/geografiaematos/article/view/6517>. Acesso em: 10 mai. 2020.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo, 2002.

ENCICLOPÉDIA, Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. **Situacionismo**. São Paulo: Itaú Cultural, 2020. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/termo3654/situacionismo>. Acesso em: 01 mai. 2020. Verbete da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

FERREIRA, Érica. **A segregação socioespacial no município de Paraguaçu Paulista – SP: da favela ao conjunto habitacional**. UNESP. Presidente Prudente. 2006.

GOBBI, Leonardo Delfim. **Urbanização Brasileira**. Disponível em: <http://educacao.globo.com/geografia/assunto/urbanizacao/urbanizacao-brasileira.html>. Acesso em: 08 out. 2019.

GRIFO ARQUITETURA. **Requalificação da Margem Esquerda da Bacia do Bacanga**. Maranhão, 2014. Disponível em: <https://grifoarquitetura.com.br/pracas-parques-bacanga-sao-luis/>. Acesso em: 19 abr. 2020.

GROSSO, Kerley Soares de Souza. **Intervenções urbanísticas como estratégia para o desenvolvimento local e revalorização da imagem da cidade: análise de revitalização no município de Niterói (RJ)**. São Paulo, 2008.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População Rural e Urbana**. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18313-populacao-rural-e-urbana.html>. Acesso em: 31 mar. 2020.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Tendências Demográficas: Uma Análise da População com Base nos Resultados dos Censos Demográficos 1940 e 2000**. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv34956.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2020.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo, 1969.

LEONÍDIO, Otavio. Guy Debord e Robert Smithson. **Espaço, tempo e história**. Arquitextos, São Paulo, ano 15, n. 176.00, Vitruvius, jan. 2015. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/15.176/5458>. Acesso em: 03 mai. 2020.

LIMA, João Ademar de Andrade. **Urbanismo como ciência, técnica e arte: sua política e sua proteção legal**. Vitruvius, 2002. Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/03.027/760>. Acesso em: 29 mar. 2020.

MARICATO, Ermínia. **Habitação e Cidade**. 7 ed. São Paulo: Atual, 2004.

MMBB. **Projeto Urbano Córrego do Antonico**. São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.mmbb.com.br/projects/view/68>. Acesso em: 15 abr. 2020.

MOREIRA, Daniel de Carvalho; KOWALTOWSKI, Doris Catherine Cornélie Knatz. **Discussão Sobre a Importância do Programa de Necessidades no Processo de Projeto em Arquitetura**. Ambiente Construído. Porto Alegre, 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/ambienteconstruido/article/view/7381/5484>. Acesso em: 26 set. 2019.

O ESTADO. **Poluição e assoreamento do Rio Bacanga preocupam moradores do Sá Viana**. Imirante.com, 2017. Disponível em: <https://imirante.com/oestadoma/noticias/2017/07/24/poluicao-e-assoreamento-do-rio-bacanga-preocupam-moradores-do-sa-viana/>. Acesso em: 19 abr. 2020.

OLIVEIRA, Alexandre. **Em 30 anos, a população urbana mundial deve ultrapassar as 6 bilhões de pessoas**. URBE.LAB, 2015. Disponível em: <https://urbe.me/lab/em-30-anos-a-populacao-urbana-mundial-deve-ultrapassar-as-6-mil-milhoes-de-pessoas/>. Acesso em: 31 mar. 2020.

SANCHES, Malu Magalhães et al. **Diagramando a cidade informal: o conflito entre o ideal e o real no trabalho de Jorge Mario Jáuregui**. 9º PROJETAR 2019. Curitiba, 2019.

SANTOS, José Carlos Montagnini. **A ocupação e os impactos causados pela Vila Esperança em Santo Anastácio**. UNESP. Presidente Prudente, 1998.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. 5 ed., 3. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

SOUSA, Rafaela. **Urbanização**. Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/urbanizacao.htm>. Acesso em: 31 mar. 2020.

---

SOUZA, Felipe; BARIFOUSE, Rafael. **Paraisópolis: como um loteamento de alto padrão virou a 2ª maior favela de SP**. BBC, 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50694377>. Acesso em: 15 abr. 2020.

SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. **O Chão em Presidente Prudente: A Lógica da Expansão Territorial Urbana**. Rio Claro, 1983.

TANSCHKEIT, Paula. **Espaços Públicos: a transformação urbana com a participação da população**. ArchDaily Brasil, 2017. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/875364/espacos-publicos-a-transformacao-urbana-com-a-participacao-da-populacao>. Acesso em: 20 mai. 2020.